

*Instituto Politécnico de Setúbal*



*Escola Superior de Ciências Empresariais*

# A Contabilidade Criativa

Uma análise sobre o seu conhecimento em diferentes perspetivas: o  
aluno, o professor e o profissional.

André Alexandre Silva de Lemos

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do  
grau de

**MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

Orientadora: Professora Doutora Ana Bela Teixeira

Setúbal, 2017

*"A contabilidade ainda continua a ser o melhor meio para avaliação e expressão do estado económico e financeiro das empresas"*

António Domingues Azevedo (1950 – 2016)

## **Agradecimentos**

Aos meus avós, Eusébio e Urraca, pois sem a sua preciosa ajuda não seria possível ter retomado os estudos, nem tão pouco estar a entregar esta dissertação hoje, e com isso, ser um motivo de orgulho para eles, que tanto fizeram para que isto fosse possível.

Um agradecimento especial sobretudo à minha avó Urraca, que infelizmente não aguentou tempo suficiente para estar presente nesta fase da minha vida, mas sei que esteja onde estiver, estará orgulhosa.

À minha namorada Soraia, por todo o apoio, e ajuda quando já não podia mais. Foi sem dúvida uma força enorme que tornou tudo mais fácil.

À minha orientadora, a professora doutora Ana Bela Teixeira, pela excelente pessoa que é, pela compreensão e pela ajuda e apoio que deu, a todo o momento. Mais do que uma orientadora, mostrou-se uma pessoa amiga e, sem qualquer dúvida, vital para o sucesso desta dissertação. Uma das pessoas sem a qual não seria possível.

A todos os professores que me acompanharam neste percurso, pela ajuda e partilha dos seus conhecimentos e experiências.

Aos meus colegas que tornaram este percurso muito mais divertido e fácil de se fazer, com entreajuda e espírito de equipa.

A todos o meu profundo e sincero, muito obrigado.

# Índice

|   |    |
|---|----|
| 1. Introdução.....  | 1  |
| 2. Revisão de Literatura .....  | 2  |
| 2.1. Contabilidade Financeira .....   | 2  |
| 2.1.1. Origem.....  | 3  |
| 2.1.2. Conceito.....  | 4  |
| 2.1.3. Objetivos.....   | 5  |
| 2.2. Harmonização Contabilística.....                                       | 6  |
| 2.2.1. Harmonização Contabilística em Portugal .....                        | 6  |
| 2.2.2. Normalização Contabilística na União Europeia.....                   | 9  |
| 2.3. Contabilidade Criativa .....   | 9  |
| 2.3.1. Origem.....  | 9  |
| 2.3.2. Conceito.....  | 10 |
| 2.3.3. Motivações .....   | 13 |
| 2.3.4. Práticas e Impactos no Uso da Contabilidade Criativa.....            | 15 |
| 2.4. A Contabilidade Criativa vs A Deontologia .....                        | 16 |
| 2.5. A Contabilidade Criativa vs Fraude.....                                | 18 |
| 3. Liberdade Interpretativa dos Normativos.....                             | 19 |
| 3.1. NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.....                                   | 20 |
| 3.2. NCRF 12 – Imparidade de Ativos .....                                   | 21 |
| 3.3. NCRF 18 – Inventários .....  | 22 |
| 3.4. NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ..... | 23 |
| 4. Metodologia .....  | 23 |
| 4.1. Método Utilizado .....   | 24 |
| 4.2. Caracterização da Amostra .....  | 26 |
| 5. Análise e Discussão dos Dados Obtidos .....                              | 32 |

|   |    |
|---|----|
| 6. Conclusão, Limitações e Estudos Futuros..... | 51 |
| 6.1. Conclusão.....                             | 51 |
| 6.2. Limitações e Estudos Futuros .....         | 55 |
| Referências Bibliográficas.....                 | 56 |
| ANEXOS .....                                    | 59 |
| Anexo I – Questionário .....                    | 59 |

## Índice de Quadros

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Utilizadores da Informação e suas necessidades..... | 5  |
| Quadro 2 – Categorias de Entidade.....                         | 8  |
| Quadro 3 – Definições de Contabilidade Criativa .....          | 11 |
| Quadro 4 – Objetivos no recurso à Contabilidade Criativa ..... | 14 |

## Índice de Figuras

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Normativos aplicáveis em Portugal.....         | 8  |
| Figura 2 – Impactos do uso da Contabilidade Criativa..... | 16 |

## Índice de Gráficos

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 – Distribuição da população alvo do estudo .....   | 28 |
| Gráfico 2 - Género .....   | 29 |
| Gráfico 3 – Faixa etária.....  | 29 |
| Gráfico 4 – Habilitações académicas .....  | 30 |
| Gráfico 5 – Anos de ensino .....   | 31 |
| Gráfico 6 – Anos de experiência da profissão .....   | 31 |
| Gráfico 7 – Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Estudantes .....  | 33 |
| Gráfico 8 - Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Docentes.....   | 33 |
| Gráfico 9 - Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Profissionais.....  | 34 |
| Gráfico 10 - Considera importante os esforços realizados no sentido de aumentar a harmonização contabilística?.....                                  | 35 |
| Gráfico 11 - Considera que as NCRF's, permitem uma interpretação demasiado ampla do seu conteúdo?.....   | 36 |
| Gráfico 12 – O que define melhor a Contabilidade Criativa?.....  | 37 |
| Gráfico 13 – Já recorreu à prática de Contabilidade Criativa? .....  | 38 |
| Gráfico 14 - Confia nas contas apresentadas pelas empresas em Portugal? .....  | 39 |
| Gráfico 15 - As práticas de contabilidade criativa comprometem os princípios éticos da profissão.....  | 40 |
| Gráfico 16 – Compromisso dos princípios éticos consoante o tempo de exercício da profissão .....   | 40 |
| Gráfico 17 - Aceitaria uma proposta de trabalho onde práticas de contabilidade criativa fossem incentivadas.....                                     | 41 |
| Gráfico 18 – Pré-disposição a aceitar uma proposta de trabalho que incentive contabilidade criativa consoante o tempo de exercício da profissão..... | 42 |
| Gráfico 19 – Questão prática 18.....   | 43 |
| Gráfico 20 – Questão prática 19.....   | 44 |
| Gráfico 21 – Questão prática 20.....   | 45 |
| Gráfico 22 – Questão prática 21.....   | 46 |
| Gráfico 23 – Questão prática 22.....   | 47 |
| Gráfico 24 – Questão prática 23.....   | 48 |
| Gráfico 25 – Questão prática 24.....   | 49 |

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| Gráfico 26 – Questão prática 25..... | 50 |
|--------------------------------------|----|

## Índice de Tabelas

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 – Frequenta atualmente um curso na área de Contabilidade..... | 30 |
| Tabela 2 – Área de Estudo .....  | 30 |
| Tabela 3 – É Contabilista Certificado? .....                           | 32 |

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

AFT – Ativo Fixo Tangível

AICPA – Instituto Americano de Contabilistas Certificados

CC – Contabilista Certificado

CDCC – Código Deontológico dos Contabilistas Certificados

CE – Comissão Europeia

CMP – Custo Médio Ponderado

DF - Demonstração Financeira

ESCE-IPS - Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

ESNL - Entidades do Setor Não Lucrativo

EUA - Estados Unidos da América

FIFO – First In First Out

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standards Board

IFRS – International Financial Reporting Standards

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF-ESNL - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não  
Lucrativo

NCRF-ME - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para micro empresas

NCRF-PE - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para pequenas empresas

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados

PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública

SNC – Sistema de Normalização Contabilístico

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

UE – União Europeia

VLM – Viatura Ligeira de Mercadorias

## Resumo

A Contabilidade Criativa é um fenómeno recente, se comparado com a origem da contabilidade. Apesar de não se saber ao certo quando se iniciou a sua prática de forma consciente, é certo que a sua utilização criou um impacto bastante negativo, não só para as empresas que recorreram ao seu uso, mas também para a sociedade em geral.

Começando por introduzir, através da revisão de literatura existente, alguns conceitos, práticas e motivações para a sua utilização, é esperado no final deste trabalho, perceber se, de um modo geral, existem diferenças significativas de conhecimento e opinião acerca da contabilidade criativa entre três grupos distintos de pessoas: estudantes, professores e profissionais ligados à contabilidade. No caso de obtermos opiniões distintas, esperamos também conseguir identificar os pontos díspares.

Como método de recolha de dados, foi elaborado um questionário, posteriormente entregue aos três grupos, de modo a permitir obter dados suficientes para atingir o fim proposto.

Após essa análise, conseguimos concluir que, existem diferenças em alguns pontos, ainda que não sejam significativas, entre os diferentes grupos em análise.

Face à função de maior importância da contabilidade, não existem diferenças assinaláveis entre os diferentes grupos. No entanto, quando confrontados com a confiança nas contas apresentadas pelas empresas em Portugal, são os estudantes que apresentam uma maior desconfiança, enquanto os restantes revelam um maior grau de confiança.

Em termos éticos, são também os estudantes a sair do padrão face à população analisada, revelando uma menor preocupação ética sobre como as práticas de contabilidade criativa podem afetar os princípios éticos da profissão.

Já quando as questões têm uma vertente mais prática, as opiniões divergem, ainda que não de forma significativa.

Assim, estamos em condições de afirmar, que perante a população deste estudo, ainda que existam algumas diferenças entre a perceção da contabilidade criativa e o tipo de ligação com a contabilidade, estas não são significativas existindo também entre pessoas com o mesmo tipo de ligação à contabilidade.

## **Abstract**

Creative accounting is a recent phenomenon, if compared with the origins of accounting. Even though it isn't known exactly when it became to be used consciously, it is certain that their use has created a very negative impact, not only for companies that resorted to its use, but also to society in General.

Starting by introducing, through the review of existing literature, some concepts, practices and motivations for its use, is expected at the end of this work, realize in general, if there are significant differences on the knowledge and opinion of the creative accounting between three distinct groups of people: students, teachers and professionals related to accounting, and if any, what are these differences.

As a method of collecting data, a questionnaire was drawn up, later delivered to three different populations in order to obtain enough data to reach the end proposed.

After this analysis, we can conclude that, as a generally, there are no significant differences between the groups analyzed, with the exception of one or two questions.

Regarding the more important role of accounting, there are no significant differences between the different groups, however when faced with confidence in the accounts presented by the companies in Portugal, the students are more distrustful.

Students also reveal less concern about how creative accounting practices can affect the ethical principles of the profession.

When the questions have a more practical aspect, the opinions do not diverge in a very significant way, but it is important to point out that in some issues teachers are more in accordance with what comes in the applicable regulations.

In short, we can say that the differences between populations with different kinds of relation with accounting exists, even though it is not significant, and even between people with the same kind of relation with accounting, the opinions are different.

# 1. Introdução

À luz dos recentes escândalos, em que empresas aparentemente saudáveis financeiramente, apresentam inexplicavelmente, dificuldades em cumprir com as suas obrigações, começou a surgir de forma mediática o tema da contabilidade criativa. No entanto, a noção do que realmente é a contabilidade criativa, é ainda algo pouco definido, e são poucos os estudos sobre esta matéria, especialmente em Portugal.

Nesse sentido, e de modo a podermos contribuir para a pesquisa sobre o tema, pretendemos conhecer qual é realmente a perceção relativamente ao tema da contabilidade criativa, das diferentes pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à contabilidade e ainda perceber se existem diferenças significativas de conhecimento e opinião entre elas.

Será que a experiência profissional ou académica influencia a opinião que temos sobre o tema? Será que existe uma diferença significativa entre o mundo académico e o mundo profissional, no que diz respeito ao conceito da contabilidade criativa? E dentro do próprio mundo académico, existirá diferença entre a opinião dos estudantes e docentes/investigadores? E ainda, quem está ligado à contabilidade de alguma forma, identifica do mesmo modo, diferentes tipos de práticas contabilistas?

É com o objetivo de responder a estas questões que nos propomos a aprofundar e pesquisar este tema, que tem vindo, ao longo dos anos, a ganhar maior destaque no mundo da contabilidade.

De forma a atingir o objetivo proposto, este estudo, associa à revisão de literatura um estudo de caso, para o qual será definida a amostra e onde serão inquiridos, através de um questionário, para além de contabilistas certificados, estudantes e docentes de contabilidade. Desta forma, a análise dos resultados permitirá triangular a informação, ou seja, comparar três perspetivas diferentes: a de quem está a aprender contabilidade, a de quem ensina contabilidade, e a de quem exerce uma profissão diretamente relacionada com contabilidade.

Perceber isto é importante, na medida em que a contabilidade criativa tanto pode ser, segundo Lang (1998) como "(...) catalogada como uma magnífica falsidade de obras de arte contabilísticas de estruturas de verdadeira engenharia contabilística" ou, segundo Cordeiro (2003) como uma "(...) prática contabilística que está no limite entre o que é

permitido legalmente, pelas próprias opções que as normas e leis estabelecem, e o que é considerado fraude (...)"

Mas compreender o que é contabilidade criativa, é mais do que chegar a um consenso sobre a sua definição. É também perceber a divergência de opiniões no que concerne à legalidade em recorrer à sua prática. Não menos importante, será tentar compreender qual a posição do recurso a práticas enquadradas no âmbito da contabilidade criativa, e o ponto de vista ético, relacionando assim a sua prática com o código deontológico dos contabilistas certificados.

Após apresentar o conceito de contabilidade criativa, iremos analisar as normas e tentar perceber se, em Portugal, e nos normativos aplicáveis no país, existe realmente liberdade nas normas que possa levar à prática de contabilidade criativa, ou se, por outro lado, estamos perante um incumprimento dos normativos. Para isso iremos analisar algumas das normas de modo a identificar se existe ou não, liberdade de interpretação nas mesmas, o que as poderá tornar suscetíveis de terem diferentes interpretações (Duarte e Ribeiro, 2007).

## **2. Revisão de Literatura**

Neste ponto iremos efetuar uma revisão de literatura sobre o tema da dissertação, de modo a evidenciar diferentes perspetivas de investigação e interpretação do normativo contabilístico de forma a clarificar e evidenciar onde termina a liberdade/criatividade, permitida pela aplicação das normas de contabilidade previstas no Sistema de Normalização Contabilística, e começa a fraude.

### **2.1. Contabilidade Financeira**

Neste ponto abordamos a contabilidade financeira, de modo a fazer a sua contextualização no estudo. Será salientada a sua origem e conceitos, bem como se enquadra a sua aplicação no normativo nacional vigente. Adicionalmente, iremos verificar se a sua aplicação pode ser efetuada de forma diferenciada, nomeadamente por interpretações diferentes da norma aplicada.

### 2.1.1. Origem

Apesar de não ser reconhecida uma data, ou até um ano concreto, para a origem da contabilidade, estima-se que seja bastante antiga como ciência, e que terá sido influenciada na sua origem, pela necessidade que os primeiros comerciantes sentiram, relativamente à importância de efetuarem o registo das suas transações. Segundo Iudícibus (2005), “a Contabilidade é tão antiga quanto o próprio homem que pensa”.

Ainda segundo Iudícibus (2005) a contabilidade, antes de ser considerada uma ciência, tal como atualmente a conhecemos, era apenas um sistema complexo de escrituração.

Originalmente, era realizada através do chamado método de partidas simples, que acabou por entrar em desuso e consistia no simples registo das operações realizadas com pessoas, omitindo o real impacto que essas operações tinham no património, tornando-se, com o desenvolver da atividade comercial, um método ineficiente e incompleto.

Assim, com o avançar do tempo, o método das partidas simples, evoluiu, para o método das partidas dobradas, método este que ainda hoje é utilizado. Embora não se saiba ao certo quem e quando, deu origem ao método das partidas dobradas, segundo Soll (2014), o uso mais antigo das partidas dobradas aparece nos documentos de livros razão datados de 1296 da empresa dos irmãos Rinieri Fini. No entanto, este autor destaca principalmente os arquivos da casa comercial Farolfi (1299-1300). Segundo o mesmo autor, o arquivo Farolfi era mais do que um livro razão, em que o cruzamento de débitos e créditos se compensavam uns aos outros. Além disso, “os livros razão de Farolfi registam o pagamento antecipado de rendas como uma despesa diferida, conceptualizando assim o método das partidas dobradas.” (Soll, 2014).

Como se pode verificar, estes registos contabilísticos são, na sua essência, a forma como ainda hoje se faz contabilidade, ainda que, com as devidas diferenças decorrentes da evolução temporal.

Não podemos, no entanto, falar da origem da contabilidade sem falar de Luca Pacioli (1447-1517), considerado, segundo Soll (2014), o pai da contabilidade, principalmente pela sua obra, *Summa de Arithmetica, Geometria Proportioni, et Proportionaitá* (Tratado de aritmética, geometria e proporção), datada de 1494, e que é considerada como o primeiro manual de contabilidade.

Desta forma, estamos em condições de afirmar que mesmo não sendo possível identificarmos uma data específica para a sua origem, conseguimos pelo menos perceber que existem provas concretas do recurso à sua utilização, desde há muito tempo, e com o mesmo objetivo que tem hoje em dia, ou seja, controlar o património, registando as transações, sejam elas referentes a passivos ou ativos.

### **2.1.2. Conceito**

De modo a podermos investigar corretamente a contabilidade, é necessário compreendermos o que é e quais os conceitos subjacentes à sua definição.

A contabilidade financeira representa uma vertente da contabilidade, direcionada à gestão financeira das entidades e que cuida da elaboração das demonstrações financeiras mediante os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA's).

Segundo Ferreira (2011) citada por Guimarães (2011:35), “Os GAAP são um conjunto de conceitos relacionados entre si que definem o âmbito, a natureza, o objeto, e a finalidade do relato financeiro. A existência de GAAP justifica-se como forma de reduzir práticas inconsistentes, delimitar interferência política, possibilita melhor compreensão das exigências de relato financeiro, torna-se mais simples a comunicação entre os utilizadores da informação financeira.”

Segundo Franco (1989), contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os factos ocorridos no património das entidades, mediante o registo dos mesmos, revelando-os posteriormente. É através destes registos que se obtém informação da contabilidade, ou seja, informação contabilística, uma vez que assim se torna possível, verificar todas as alterações ao capital da empresa, e o respetivo impacto. Segundo o Instituto Americano de Contabilistas Certificados (AICPA), a contabilidade financeira pode ser definida como o ato de registar, classificar e sumariar, de uma forma organizada e em unidades monetárias, transações eventos referindo ainda que desta forma permite “fornecer informação quantitativa, em primeira instância de natureza financeira, sobre entidades económicas, que se assume como sendo útil na formação de decisões de natureza económica”.

Salazar e Benedito (2004), definem a contabilidade como o processo de registar os eventos económicos com a principal finalidade de organizar, resumir informações que possam ser consultadas a qualquer tempo e que forneçam o perfil económico num

determinado período do ciclo de vida do negócio. Ressaltam ainda a importância da contabilidade para as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, uma vez que todas experimentam o desenvolvimento de eventos económicos que precisam ser controlados para que se tornem viáveis ao longo do tempo.

### 2.1.3. Objetivos

Segundo Franco (1989), a contabilidade tem como objetivo, oferecer informação sobre a composição do património de determinada empresa, as variações do mesmo, e apurar os resultados económicos decorrentes da gestão da sua riqueza patrimonial.

Cordeiro (2003), numa análise mais recente, afirma que o objetivo da contabilidade é o de obter informação, para satisfazer os interessados sobre a situação económica e financeira de determinada empresa e sobre como está a sua situação perante o mercado em que atua.

No entanto, essa informação tem de satisfazer as necessidades de diferentes utilizadores, que procuram obter respostas, a diferentes perguntas, tais como, a título de exemplo, se apresenta de seguida no quadro 1.

*Quadro 1 – Utilizadores da Informação e suas necessidades*

| <b>Utilizadores</b>        | <b>Necessidade de Informação</b>                                  |
|----------------------------|---|
| Sócios/Acionistas          | Em que situação financeira/económica se encontra a minha Empresa? |
| Gerência                   | Qual o impacto das minhas decisões?                               |
| Investidores               | Qual o retorno de investir na Entidade?                           |
| Banca e Outros<br>Credores | A Entidade tem capacidade de saldar os seus créditos?             |
| Clientes                   | A Entidade é sustentável de modo a garantir os seus serviços?     |
| Funcionários               | A Entidade consegue garantir o pagamento das remunerações?        |
| Estado                     | Qual o contributo da Entidade para a sociedade?                   |

Fonte: Elaboração Própria

Assim, ainda que as necessidades de informação sejam distintas de utilizador para utilizador, o que se pode constatar é que a informação contabilística, independentemente de quem faz a pergunta, permite responder às questões formuladas.

## **2.2. Harmonização Contabilística**

No sentido de existir uma harmonização contabilística, que permita maior comparabilidade num mundo cada vez mais global, onde as empresas concorrem a nível mundial, têm sido realizados esforços no sentido de criar regras contabilísticas a nível internacional, mesmo que posteriormente possam ser adaptadas a cada país.

Em Portugal, para responder ao desafio da normalização internacional, foi criado o Sistema de Normalização Contabilística.

### **2.2.1. Harmonização Contabilística em Portugal**

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, entrado em vigor a 1 de janeiro de 2010, é o conjunto de normas pelo qual a contabilidade, se rege em Portugal. Este sistema de normalização, teve como principal motivação, na sua criação, a aproximação e harmonização do normativo contabilístico vigente em Portugal com o da União Europeia (UE).

O SNC é baseado nas *International Accounting Standard* (IAS) e com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mantendo apenas algumas características partilhadas com o anterior normativo aplicável, o Plano Oficial de Contabilidade. (POC).

Adicionalmente, o decreto-lei acima referido, que aprova o SNC, refere quais os tipos de empresas abrangidas pela obrigação da sua aplicação e que são:

- Empresas abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial;
- Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- Empresas públicas;
- Cooperativas;
- Agrupamentos complementares de empresas;
- Agrupamentos europeus de interesse económico;
- Outras entidades que, por legislação específica, estão sujeitas ao POC, ou venham

a estar sujeitas ao SNC.

Importa ainda referir que para realizar este estudo, deixámos de fora os normativos aplicáveis às entidades públicas, uma vez que o mesmo se encontra em fase de transição, do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Segundo Lobo (2009), a adoção do SNC veio alterar toda a contabilidade nacional, transpondo para o normativo português as melhores práticas mundiais a nível da contabilidade.

De forma a garantir a compatibilidade do SNC com as diretivas contabilísticas da União Europeia, por força do regulamento 1606/2002, foram criadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), num total de 28 normas.

Assim, o SNC é aplicável à maioria das empresas, consoante a sua dimensão e conforme os limites que constam do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. O SNC pode ser aplicável no regime geral, aplicando-se na totalidade as suas 28 normas. No entanto, consoante determinados limites (quadro 2), e por opção das empresas, estas podem adotar as NCRF para pequenas empresas (NCRF-PE) ou as NCRF para micro empresas (NCRF-ME). Existem ainda, no caso das entidades do setor não lucrativo (ESNL), as NCFR para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL).

No quadro abaixo, apresentamos os limites referidos anteriormente, os quais se encontram em vigor desde 1 de janeiro de 2016, aprovados pelo já referido Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho.

Quadro 2 – Categorias de Entidade

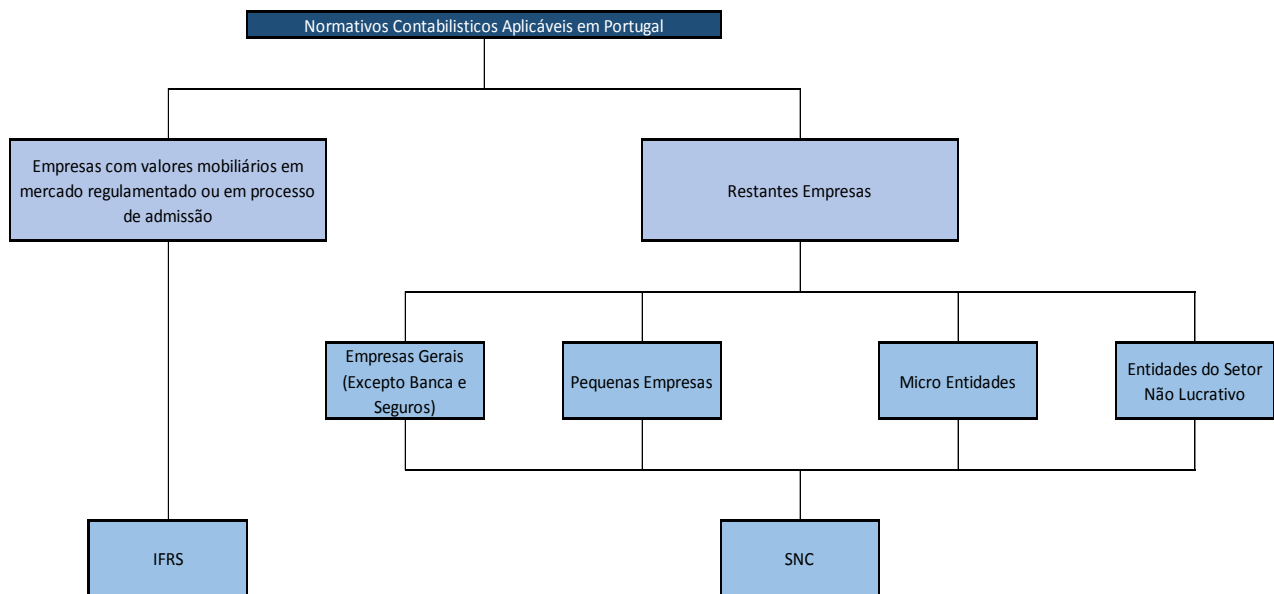
|                                       | Micro Empresas | Pequenas Empresas |
|---------------------------------------|----------------|-------------------|
| Total do balanço                      | 350.000 €      | 4.000.000 €       |
| Volume de negócios líquido            | 700.000 €      | 8.000.000 €       |
| Número médio de empregados do período | 10             | 50                |

|                                       | Médias Empresas | Grandes Empresas  |
|---------------------------------------|-----------------|---|
| Total do balanço                      | 20.000.000 €    | Se ultrapassar dois dos três limites para médias empresas |
| Volume de negócios líquido            | 40.000.000 €    |   |
| Número médio de empregados do período | 50              |   |

Fonte: Elaboração Própria

Porém, e apesar de, regra geral, o SNC ser o normativo aplicável às empresas em Portugal, se estas tiverem valores mobiliários negociados num mercado regulamentado, estas empresas terão obrigatoriamente de aplicar as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), consoante o normativo adotado na UE, regulado e emitido pelo IASB, conforme o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho.

Figura 1 – Normativos aplicáveis em Portugal



Fonte: Elaboração Própria

### **2.2.2. Normalização Contabilística na União Europeia**

Conforme já podemos referir, as NIC, são as normas aplicáveis, se a empresa estiver em processo de admissão a um mercado regulamentado ou com valores mobiliários já a serem negociados na mesma.

Este conjunto de normas, anteriormente conhecidas por *Internacional Accounting Standards* (IAS), atualmente conhecidas por *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS), revistos e publicados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), foram adotadas pelo regulamento da Comissão Europeia (CE) nº1725/2003 de 21 de setembro de 2003, e atualizadas pelo Regulamento da CE nº1126/2008, com o intuito de harmonizar as demonstrações financeiras das empresas europeias.

Segundo o IASB, existem atualmente inúmeros países com projetos em curso, no sentido de convergir as normas contabilísticas locais, com as IFRS.

## **2.3. Contabilidade Criativa**

Neste ponto iremos abordar o tema objeto deste estudo, a contabilidade criativa. Iremos aprofundar o tema, perceber qual a sua origem, perceber o seu conceito, e quais as motivações para a sua prática.

### **2.3.1. Origem**

Segundo Kraemer (2005), esta prática é de origem anglo-saxónica e tem ganho bastante importância nos últimos anos, face às recentes fraudes que nos alertaram para a facilidade com que se manipulam os dados contabilísticos, sobretudo devido à assimetria de informação.

Também conhecida por contabilidade de conveniência, ou por “gestão de resultados”, que advém do termo em inglês, “*earnings management*”, tem vindo a ganhar bastante notoriedade nos últimos anos, com particular relevo no Canadá, Espanha mas maioritariamente nos Estados Unidos da América (EUA), devido em grande parte aos escândalos que têm vindo a acontecer (Jones, 2011).

Em Portugal, são ainda bastante raros, os estudos sobre este tema. Não existe nenhum caso de destaque conhecido de empresas Portuguesas ou em Portugal, mas temos grandes empresas mundiais que recorreram ao seu uso, com um impacto bastante negativo, não só para as empresas, mas também para a sociedade, como por exemplo Enron, WorldCom, Parmalat, entre outras. Dando como exemplo o caso Enron, em que através de truques contabilísticos e até registos fictícios, reportavam ter um lucro bastante superior ao lucro que efetivamente tinham, de modo a terem boa imagem junto dos seus credores e obter financiamento com facilidade. Só após várias empresas do setor terem apresentando prejuízos, e por isso, todas as empresas do setor começarem a ser analisadas de forma mais minuciosa pelas autoridades, é que foi descoberto a fraude que andava a ser praticada.

De acordo com Coffee (2003), os escândalos contabilísticos com implicações de conhecimento público, ditaram a queda de grandes empresas como a Enron, colocando assim um enorme número de *stakeholders* em risco, como foi o caso de colaboradores que perderam o emprego, a outros que ficaram sem os créditos que tinham por receber.

### **2.3.2. Conceito**

De acordo com Rodrigues (2015) citado por Dias et al (2016), a expressão Contabilidade Criativa é comumente utilizada na Europa, enquanto Gestão de Resultados é mais utilizado nos EUA. Ainda segundo o mesmo autor, além desses termos, é também, conhecida por “*agressive accounting*”, referindo-se à agressividade da contabilidade de modo a aumentar resultados, “*income smoothing*”, dando foco à suavização de resultados de modo a manter o resultado estável, “*fraudulent financial reporting*” que se refere ao registo fictício de vendas ou violação dos PCGA, e ainda “*conservative accouting*” que se refere à contabilidade conservadora com intuito de aumentar gastos do período, com perdas por imparidade e provisões.

Segundo estudos conduzidos por Gadea e Gastón (1999) citados por Kramer (2005), não existe um consenso entre os diferentes autores sobre a definição de Contabilidade Criativa. Existem autores que consideram esta prática fraudulenta, como Yaping (2005) e Baraldi (2012) conforme citados por Kramer (2005), e outros que consideram a sua prática legal, como por exemplo Jones (2011). Mulford e Comiskey (2002), citados por Kramer (2005), também não consideram esta prática como algo fraudulento, afirmando que apesar

de poderem estar relacionadas, só devem ser consideradas fraudulentas quando uma entidade reguladora e com poderes para tal, as considerar como fraude, sendo apenas nessa altura que deixam de ser contabilidade criativa.

Podemos assim verificar que não existe um consenso relativamente à definição de contabilidade criativa, uma vez que a mesma varia consoante o autor, tanto na sua definição como no seu principal objetivo e até relativamente à opinião do mesmo na questão da legalidade.

Podemos ver no quadro 3, de forma sintetizada as diferentes opiniões dadas por diferentes autores que já abordaram o tema.

*Quadro 3 – Definições de Contabilidade Criativa*

| <b>Autor</b>              | <b>Definição</b>  |
|---------------------------|---|
| Ian Griffith<br>(1988)    | Os resultados e as demonstrações financeiras publicadas estão baseadas em registos contabilísticos que foram “retocados” com mais ou menos delicadeza. Assim, os registos que se divulgam ao público são alterados, e na realidade, trata-se de artifícios que não infringem as normas, sendo considerados totalmente legítimos, e que são denominados como contabilidade criativa. |
| Michael Jameson<br>(1988) | A contabilidade criativa é um processo de uso das normas contabilísticas, manipulando as normas, servindo como escapatória baseada na flexibilidade e nas omissões existentes dentro delas para fazer com que as demonstrações contabilísticas pareçam algo diferentes ao que estava estabelecido.  |

| Autor   | Definição  |
|---|--|
| Terry Smith<br>(1992)                             | A contabilidade criativa é uma prática inadequada porque deixa a impressão de que grande parte do aparente desenvolvimento empresarial, ocorrido nos anos 80, foi mais um resultado do jogo da contabilidade, do que do genuíno crescimento económico, já que muitas empresas se utilizaram dela para apresentar indicadores de crescimento económico e financeiros falsos.  |
| Kamal Naser<br>(1993)                             | Contabilidade criativa resulta da transformação dos registos contabilísticos de aquilo que realmente são, para aquilo que aqueles que a elaboram desejam que sejam, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam, ou mesmo ignorando-as.  |
| José Juan<br>Blasco Lang<br>(1998)                | O termo contabilidade criativa foi introduzido na literatura contabilística para descrever o processo mediante o qual se utilizam os conhecimentos das normas contabilísticas para manipular os campos das demonstrações financeiras, sendo na verdade um eufemismo utilizado para evitar fazer referência a estas práticas pelos seus verdadeiros nomes: artifícios contabilísticos, manipulações contabilísticas ou fraudes contabilísticas.                     |
| José María<br>Gay Saludas<br>(1999)               | A contabilidade criativa é uma arte onde os grandes artistas da contabilidade se aproveitam das brechas oferecidas pelas rigorosas normas para imaginar um enredo fiscal ou financeiro que lhes permita espelhar a imagem fiscal ou societária desejada para suas empresas.  |
| Oriol Amat e<br>John Blake<br>(1999)              | A contabilidade criativa é o processo mediante o qual os contabilistas utilizam os seus conhecimentos sobre as normas contabilísticas para manipular os valores incluídos nas demonstrações financeiras que divulgam.  |
| José Laínez<br>Gadea e<br>Susana Callao<br>(1999) | A contabilidade criativa consiste em aproveitar as possibilidades oferecidas pelas normas para apresentar demonstrações financeiras que reflitam a imagem desejada e não necessariamente aquela que seria real. Logo, a Contabilidade Criativa encontra-se num caminho entre as práticas verdadeiramente corretas e éticas e a ilegalidade ou a fraude, sendo difícil delimitar onde acaba a ética e inicia a criatividade, e onde termina esta e começa a fraude. |
| Cordeiro<br>(2003)                                | Prática contabilística que está no limite entre o que é permitido de forma legal, pelas próprias que as normas e leis, e o que é considerado fraude/manipulação para lesar a terceiros.  |

| Autor                           | Definição   |
|---------------------------------|---|
| Cosenza e Grateron (2003)       | Manipulação da informação real e verdadeira, com o fim de apresentar uma diferente da original e natural, que altere a situação económica e patrimonial da entidade, ou com o objetivo de mostrar uma imagem de estabilidade no tempo em relação aos exercícios anteriores. |
| Kraemer (2005)                  | Maquilhagem da realidade patrimonial de uma entidade, através da manipulação dos dados contabilísticos de forma intencional, para se apresentar a imagem que os gestores da informação desejam.   |
| Jameson, Couto e Marinho (2009) | Utilização das flexibilidades e omissões das normas, com a finalidade de evidenciar uma realidade diferente daquela da entidade, no âmbito da estabilidade, o que causa danos aos utilizadores em geral.  |

Fonte: Adaptação e tradução própria de Kraemer (2005) citando Cosenza e Grateron (2003)

Da análise do quadro 3, podemos verificar, que mesmo não existindo um consenso relativamente à definição de contabilidade criativa, todos autores concordam que a sua definição assenta sobretudo, na manipulação dos registos contabilísticos, de modo a alterar a imagem da empresa e de forma conveniente com os interesses desta.

Atualmente nota-se alguma tendência em definir duas linhas distintas de estudo sobre este tema, nomeadamente os que a consideram uma manipulação que tem como único objetivo a alteração da situação patrimonial, financeira e económica da organização e aqueles que acreditam que a sua aplicabilidade consiste numa estratégia, que advém de um amplo conhecimento da matéria em questão, para melhorar o seu desempenho.

### 2.3.3. Motivações

Segundo os estudos conduzidos por Amat e Blake (1997), o recurso à contabilidade criativa, em empresas cotadas, procura influenciar as decisões dos investidores bolsistas, tornando estas mais atrativas aos investidores.

Kraemer (2005) adiciona ainda, citando Cosenza (2003), que são três os grandes objetivos do recurso da contabilidade criativa pelas entidades, sendo que cada um deles é incentivado por diferentes fatores, sejam eles extrínsecos e/ou intrínsecos, tal como podemos ver no quadro 4.

*Quadro 4 – Objetivos no recurso à Contabilidade Criativa*

| <b>Objetivos</b>                               | <b>Incentivos</b>   |
|--|---|
| Melhorar a imagem apresentada                  | <p>Pressão da comunidade investidora para que a empresa se encontre numa situação ideal.</p> <p>Exigência de responder adequadamente às expectativas do mercado.</p> <p>Interesses em determinadas políticas de dividendos.</p> <p>Desejo de obter recursos externos.</p> <p>Necessidade de procurar “parceiros” para absorção da empresa.</p> <p>Sistema de remuneração vinculado aos lucros.</p>  |
| Estabilizar a imagem da empresa no longo prazo | <p>Existência de uma clara preferência externa por comportamentos regulares.</p> <p>Efeito positivo da estabilidade na situação da empresa, com reflexo positivo na cotação das ações.</p> <p>Benefícios nas políticas de dividendos em razão de ganhos menos oscilantes.</p> <p>Preferência externa por perfis de riscos reduzidos.</p>  |
| Debilitar a imagem demonstrada                 | <p>Preferência por pagar poucos impostos.</p> <p>Interesse em distribuir baixos níveis de resultados.</p> <p>Existência de possibilidade de atribuir êxitos em anos posteriores.</p> <p>Sistemas de remunerações que se baseiam em aumentos salariais vinculados às melhoras conseguidas.</p> <p>Dependências de tarifas máximas prescritas pelo Estado.</p> <p>Interesse na obtenção de subvenções condicionadas à situação que atravessa a empresa.</p> |

Fonte: Kraemer citando Mayoral (2000:3)

Kraemer (2005) reforça ainda citando Salas (2004), que afirmando que a contabilidade criativa permite refletir uma tendência de crescimento das receitas, ajudando assim manter ou sobrevalorizar o preço das ações, retardando a chegada de boas ou más notícias ao mercado e ocultando informações sobre o envolvimento ou comprometimento dos executivos.

#### **2.3.4. Práticas e Impactos no Uso da Contabilidade Criativa**

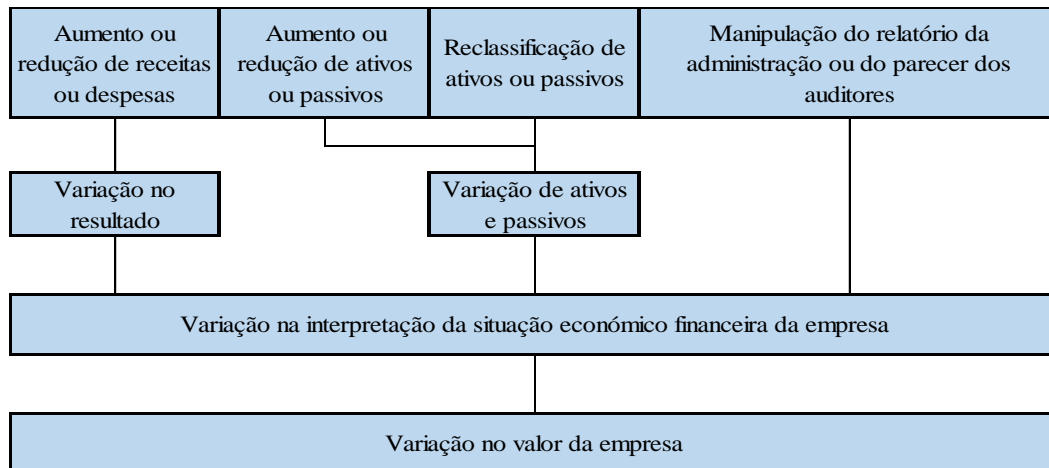
São diversas as práticas de contabilidade criativa e, cada uma delas, tem um objetivo claramente definido. Isto é, o recurso a estas práticas é amplo e permite atingir diversos objetivos, consoante o que for mais conveniente para a empresa em determinado momento ou período. Estas práticas são de tal modo amplas que permitem atingir objetivos distintos, e por vezes opostos, de um período para outro.

Segundo Cordeiro (2003), recorrendo a um estudo realizado em 1997, pelo professor Juan Monterrey Mayoral, da Universidade de Estremadura, em Badajoz – Espanha, é possível identificar as práticas de contabilidade criativa, em quatro campos distintos:

1. Incumprimento de princípios contabilísticos;
2. Contabilização errónea de determinadas operações;
3. Classificação incorreta de certos lançamentos;
4. Operações vinculadas a operações comerciais e financeiras realizadas com entidades excluídas do “alcance” da consolidação.

Kraemer (2005) simplifica ainda mais o impacto da contabilidade criativa, apresentando uma figura que demonstra de forma sintetizada as consequências do seu uso.

Figura 2 – Impactos do uso da Contabilidade Criativa



Fonte: Kraemer (2005) citando Costa *et al* (2000)

Conforme podemos verificar, e independentemente do recurso utilizado, o objetivo final, segundo Kraemer (2005), é a alteração da interpretação da situação económico-financeira da organização, consoante aquilo que a mesma pretende, recorrendo tanto à variação do resultado, como à variação de ativos e passivos. Esta alteração, leva inevitavelmente à variação do valor da empresa.

## 2.4. A Contabilidade Criativa vs A Deontologia

Como tivemos a oportunidade de constatar nos pontos anteriores, o conceito de contabilidade criativa não é consensual, e nem mesmo a sua classificação como fraude, escapa à divergência entre os autores.

Verificamos ainda, que os autores referidos anteriormente, de forma consensual, concordam que existe um problema a nível ético e deontológico, pelo que não podemos deixar de ligar a contabilidade criativa, com a deontologia profissional aplicável em Portugal, que consta no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados (CDCC).

Este código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, que na altura se designava por Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, e que foi posteriormente alterado para a atual designação de CDCC pelo Decreto-Lei nº 139/2015, de 7 de setembro, contém entre outras informações, os deveres e competências dos contabilistas certificados, bem como os princípios deontológicos destes.

Analisando este código, aplicável a todos os contabilistas certificados, tal como disposto no artigo 1º do CDCC, importa salientar os seguintes artigos:

- Artigo 2º: Deveres dos contabilistas certificados

“...os contabilistas certificados devem respeitar as normas legais e os princípios contabilísticos em vigor, adaptando a sua aplicação à situação concreta das entidades a quem prestam serviços, pugnando pela verdade contabilística e fiscal, evitando qualquer situação que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão.”

- Artigo 3º que refere os princípios deontológicos, nomeadamente no número 1 e nas seguintes alíneas:

“a) O princípio da integridade implica que o exercício da profissão se pautar por padrões de honestidade e de boa-fé;

c) O princípio da independência implica que os contabilistas certificados se mantenham equidistantes de qualquer pressão resultante dos seus próprios interesses ou de influências exteriores, por forma a não comprometer a sua independência técnica;

e) O princípio da competência implica que os contabilistas certificados exerçam as suas funções de forma diligente e responsável, utilizando os conhecimentos e as técnicas ao seu dispor, respeitando a lei, os princípios contabilísticos e os critérios éticos”;

- Artigo 7º - Princípios e normas contabilísticas que nos diz:

“1 - Os contabilistas certificados, no respeito pela lei, devem aplicar os princípios e as normas contabilísticas de modo a obter a verdade da situação financeira e patrimonial das entidades a quem prestam serviços.

2 - No âmbito das demonstrações financeiras, podem ser adotados procedimentos que não estejam expressamente previstos na legislação portuguesa, desde que apoiados em normas ou diretrizes contabilísticas estabelecidas por entidade competente e reconhecida na matéria.”

A conjugação destes artigos mostra-nos onde poderá existir uma incompatibilidade entre a prática da contabilidade criativa, e a deontologia profissional, sendo que, mesmo essa incompatibilidade, está dependente daquilo que determinado autor considera como contabilidade criativa.

Acrescentando, e de acordo com Nunes (2010), cabe ao contabilista certificado, a responsabilidade pela regularidade técnica das entidades às quais presta serviços, e que ao

mesmo se aplica o dever de garantir que as demonstrações financeiras (DF's) e declarações fiscais, estão de acordo com a lei e as normas em vigor.

No entanto, segundo Fernandez (1994), citado por Nunes (2010) existem diversos fatores que levam a que os contabilistas sejam prudentes nas questões éticas, destacando: a perda do emprego ou cliente, pela deterioração da relação existente; a necessidade de manter as vantagens que resultam dessa prática e, a falta de formação profissional e apoio das entidades oficiais.

Mais uma vez, fica no ar a questão de estas práticas estarem ou não de acordo com o CDCC, pois irá depender da noção do conceito de contabilidade criativa, que ao variar consoante o autor, faz variar também o enquadramento das suas práticas no âmbito da mesma, e não de fraude.

Assim, somos levados a considerar que a prática da contabilidade criativa não está em concordância com os princípios deontológicos, previstos no CDCC, por simplesmente não irem de encontro à imagem fiel e verdadeira que é suposto ser obtida na contabilidade, e a qual os contabilistas são deontologicamente responsáveis por garantir. Resta apenas verificar se o contabilista realiza estas práticas de forma consciente, ou de forma não deliberada, sendo que, apenas se poderá considerar que o mesmo não cumpre o CDCC na primeira situação, uma vez que este pode ser induzido em erro se lhe omitirem informação.

## **2.5. A Contabilidade Criativa vs Fraude**

Como podemos ver pelos pontos já enunciados, a definição de contabilidade criativa parece ser ainda algo ambígua.

São vários os autores que já elaboraram artigos sobre esta temática, não existindo ainda uma opinião consensual entre todos, variando a sua definição com o autor. Vamos portanto, tentar chegar a um consenso sobre qual é realmente a definição aceite pela maioria dos autores, e perceber assim se de uma forma geral estes consideram-na uma prática dentro da legalidade, ou se na realidade é apenas uma forma leviana de chamar fraude, a determinado tipo de práticas contabilísticas.

Amat e Blake (1997) consideram que contabilidade criativa é o nome dado quando os contabilistas recorrem ao conhecimento que possuem das normas contabilísticas para manipular os registos contabilísticos. Para Jones (2011) citado por Niyama e Rodrigues

(2015), a contabilidade criativa não é ilegal e trabalha com as normas contabilísticas vigentes, e que para não estar no campo da fraude, basta para isso respeitar todas as normas vigentes.

Como podemos ver, o conceito de contabilidade criativa é demasiado amplo, o que acaba por criar sempre uma linha ténue entre o legal e o ilegal, para os diversos autores.

Na nossa opinião, o conceito que consideramos mais ajustado, e que iremos ter por base para este estudo, é aquele sugerido por Ronen e Yaari (2008). Estes autores, segundo Niyama e Rodrigues (2015), identificam três formas de definir a manipulação de resultados, que está diretamente associado à contabilidade criativa, e que segundo Niyama e Rodrigues (2015), se assemelham ao conceito de contabilidade criativa. Para isso, identificam determinadas práticas, com determinada cor, conforme a sua legalidade ou não.

Para Ronen e Yaari (2008), a contabilidade pode ser “benéfica, porque aumenta a transparência dos relatórios financeiros”, ao que atribuem a cor branca. São diversos os autores que se identificam com este entendimento, tal como Demski (1998) e Beneish (2001) citados por Niyama (2015).

Depois temos a cor cinzenta, que é atribuída quando as práticas contabilísticas servem para manipular a informação relatada, sem infringir as normas, mantendo-se dentro daquilo que a liberdade existente nos normativos permite, de modo a aumentar os resultados ou a atratividade da empresa. Entre os autores que seguem esta linha de pensamento, que segundo Niamy (2015), são Scott (2003) e Lys e Vincent (2001).

Por fim, é atribuída a cor preta, quando existe o recurso à deturpação total das normas, entrando assim no campo da fraude sem qualquer questão, não sendo considerada para a definição de contabilidade criativa.

Desta forma, entendemos que apesar da contabilidade criativa ter uma cotação negativa, por norma, a sua definição enquadra-se tanto na “cor branca”, como na “cor cinzenta”, excluindo a cor preta da sua definição, pois esta é claramente fraude.

### **3. Liberdade Interpretativa dos Normativos**

Como já foi referido, a adoção do SNC em Portugal, levou a uma maior proximidade com as normas aplicáveis na UE, o que implica uma maior necessidade de interpretação dos normativos. Isto deve-se ao facto de as normas serem aplicáveis a empresas de setores

distintos, e por isso, com especificidades completamente diferentes, obrigando a que exista alguma liberdade no sentido de abranger todas as situações e entidades, dentro dos mesmos normativos.

Posto isto, iremos analisar algumas normas, para tentarmos identificar se realmente existem normas que sejam passíveis de interpretação ambígua, podendo por isso, levar à possibilidade do recurso à prática de contabilidade criativa.

### **3.1. NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis**

Esta norma, baseada na IAS 16, trata do registo contabilístico dos ativos fixos tangíveis (AFT).

Tal como nos diz o 1º parágrafo da NCRF 7, “os principais aspetos a considerar na contabilização dos ativos fixos tangíveis são o seu reconhecimento e mensuração.” É precisamente neste ponto que importa perceber, como deve um ativo ser reconhecido e mensurado, pois é essa informação que irá determinar o seu valor.

No subcapítulo do reconhecimento, no parágrafo 9, a norma diz-nos o seguinte: “Esta norma não prescreve a unidade de medida para reconhecimento, isto é, aquilo que constitui um item do AFT. Assim, é necessário exercer juízos de valor ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas de uma entidade”. A citação anterior é claramente um dos indícios da liberdade que existe nos normativos e que pretendemos evidenciar com este estudo.

Podemos encontrar outro exemplo de liberdade interpretativa permitida pelo normativo, no parágrafo 29 da NCRF 7, onde a norma, referindo-se à mensuração após o reconhecimento, nos diz que “uma entidade deve escolher o modelo de custo, ou o modelo de revalorização”. Através de um estudo efetuado por Conceição (2015), numa análise às contas de 20 empresas cotadas no mercado bolsita português, a autora conclui que a política contabilística mais seguida pelas empresas é ainda a do modelo de custo, com uma representatividade de cerca de 65%. Esta preferência pelo modelo de custo em Portugal, poderá, segundo a autora, estar associada a uma cultura mais prudente, característica do modelo Continental Europeu. Isto porque pelo modelo do custo o ativo é reconhecido pelo seu valor de aquisição, não sofrendo alterações posteriores ao seu valor, a não ser pelas depreciações, cujo impacto é facilmente apurado e eventuais perdas por imparidade.

Já no modelo de revalorização, o ativo está sujeito a revalorizações e, o seu valor está dependente do mercado, sofrendo oscilações que originam perdas por imparidade se o seu valor diminuir, ou excedentes de revalorização, no caso de o seu valor aumentar. Ainda relativamente ao modelo de revalorização, no parágrafo 31 a norma diz-nos que “as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço”.

Mas não será este conceito de “regularidade suficiente” demasiado ambíguo? Quem define esta regularidade suficiente senão a própria entidade, podendo esta realizar a revalorização numa altura mais vantajosa para si?

Esta liberdade que referimos estar presente na norma, não termina aqui, sendo possível encontrar outro exemplo, no subcapítulo do método de depreciação, onde no parágrafo 62 está referido que “Pode ser usada uma variedade de métodos de depreciação para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil”, apresentando de seguida, três métodos possíveis e previstos na norma, referindo no final do parágrafo, que cabe à entidade selecionar o método que reflita de forma mais aproximada, o modelo esperado de consumo dos benefícios económicos incorporados no ativo em questão.

Isto é, o recurso à contabilidade criativa nesta norma pode ser usado, no sentido de por exemplo, se for do interesse da empresa apresentar mais gastos, esta pode definir uma vida útil inferior ao bem, de modo a apresentar mais gastos com depreciações, ou pelo contrário, se a mesma tem interesse em apresentar menos gastos, ou ainda a ter um determinado número de gasto regular ao longo de um tempo superior, já será do seu interesse aumentar o tempo de vida útil dos ativos, reduzindo assim o seu impacto anual, mas prolongando esse mesmo impacto por um tempo superior que eventualmente não corresponde à efetiva vida útil do bem naquela organização.

### **3.2. NCRF 12 – Imparidade de Ativos**

A imparidade de ativos está prevista na NCRF 12, e indica como devem proceder as entidades na identificação e reconhecimentos das perdas por imparidade.

Logo no parágrafo 5 desta norma, é dito que uma entidade deve avaliar se existe algum indício de um ativo se encontrar em imparidade, e caso encontre, deve estimar a quantia recuperável desse mesmo ativo.

Sendo a entidade responsável por avaliar a imparidade de um ativo, podemos afirmar que estamos na presença de alguma liberdade do normativo, uma vez que a avaliação é passível de interpretação.

Deste modo, este é mais um exemplo de uma norma que nos permite enveredar por práticas relacionadas com a contabilidade criativa.

No entanto, importa distinguir aqui dois comportamentos. Por um lado, o reconhecimento da imparidade quando realmente se acredita na sua existência, e por outro lado, o reconhecimento da imparidade por conveniência e/ou interesse próprio. Perante estes dois comportamentos, apenas o último entra no campo da criatividade, ou até mesmo fraude consoante a interpretação, indo claramente contra os PCGA's.

### **3.3. NCRF 18 – Inventários**

Esta é a norma que trata dos inventários, e para este estudo interessa-nos principalmente o parágrafo 25, que nos diz que uma entidade pode utilizar o método *first in first out* (FIFO) ou o custo médio ponderado (CMP) na valorização do custo dos inventários. No primeiro, os primeiros bens a serem comprados, serão os primeiros a serem vendidos. No segundo, o custo por unidade é calculado através da média aritmética ponderada do valor dos inventários em *stock* e o das compras.

Desta forma, o método de valorimetria selecionado irá afetar diretamente o resultado da empresa, e o valor dos seus inventários. Por exemplo, em períodos de inflação alta, o FIFO irá permitir maiores margens, e apresentar um valor superior em inventário, enquanto o CMP terá um custo superior, devido ao aumento causado pelos últimos inventários que entraram em *stock*.

Esta liberdade de escolha, mais uma vez, pode ser selecionada pela entidade, consoante o que esta considerar mais vantajoso para si.

### **3.4. NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Esta norma incide sobre do tratamento contabilístico a ser adotado na constituição e/ou reconhecimento de provisões, ativos e passivos contingentes. É, no entanto, sobre o primeiro que achamos relevante destacar alguns pontos e parágrafos desta norma, de modo a encontrar espaço e margem para a já identificada prática da contabilidade criativa.

Importa, antes de falar sobre as provisões, lembrar que a contabilização de uma provisão, tem como contrapartida um gasto efetivo para a entidade, resultando assim numa diminuição do seu resultado aquando da sua constituição.

Então, quando devem as entidades reconhecer uma provisão?

Segundo o parágrafo 13 da NCRF 21, “uma provisão só deve ser reconhecida quando, cumulativamente:

- Uma entidade tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.”

Ora, como podemos identificar pelo citado acima, apesar da norma determinar os requisitos para o reconhecimento de uma provisão, estes requisitos acabam por ser demasiado abrangentes, cabendo apenas à entidade, analisar a probabilidade do exfluxo de recursos. Assim sendo, a entidade pode adotar uma estratégia mais conservadora no reconhecimento da provisão, de modo a ter um resultado superior, ou pelo contrário, adotar uma estratégia mais agressiva, reconhecendo mais facilmente as provisões, e apurando assim um resultado inferior ao que seria apurado em situações ditas normais.

## **4. Metodologia**

Vilelas (2009) refere que metodologia é o meio de se fazer referência às fases e procedimentos seguidos numa investigação específica. Neste estudo, a decisão sobre a metodologia utilizada esteve diretamente relacionada quer com o assunto a investigar quer com a necessidade de adaptar o método ao objeto de estudo. (Bell, 1997).

Assim, neste capítulo, iremos expor qual o método, técnicas e procedimentos levados a cabo neste estudo, com a finalidade de atingir os objetivos anteriormente elencados, ou seja, conhecer qual a perceção dos estudantes, dos professores e dos profissionais, relativamente à contabilidade criativa. Serão também listadas as suas vantagens e desvantagens, bem como as limitações da metodologia utilizada.

Complementarmente será feita a caracterização da amostra que serviu de base para a análise dos dados obtidos.

#### **4.1. Método Utilizado**

Quanto ao procedimento técnico, este estudo pode classificar-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de estudo de caso. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma quantidade de fenómenos muito mais ampla do que poderia se pesquisasse diretamente, sendo normalmente elaborada a partir de material já publicado, tal como livros, artigos e, material disponibilizado na internet. Silva e Menezes (2005) afirmam que a revisão de literatura resulta de um processo de levantamento e análise de tudo o que já foi publicado relativamente ao tema do estudo.

Vilelas (2009) sobre o estudo de caso, refere que se baseia na narração ou descrição de um fenómeno e Gil (2010) afirma que é simultaneamente um estudo aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento.

Em termos de abordagem do problema é uma pesquisa quantitativa já que se quantificam e classificam os dados para depois os analisar. Serão utilizadas técnicas de estatística descritiva (Silva e Menezes, 2005).

Neste estudo utilizou-se como método de recolha de dados o inquérito por questionário, uma vez que este pode ser constituído por uma série ordenada de questões

que são respondidas por escrito onde não é necessária a presença ou intervenção do investigador (Marconi e Lakatos, 1999). No questionário foram apenas utilizadas questões fechadas, nas quais os inquiridos foram confrontados com um conjunto de alternativas para escolher a que melhor representa a sua situação.

O inquérito por questionário, permite traduzir os objetivos do estudo com variáveis mensuráveis (Freixo 2010, 195-197), e desta forma analisar os resultados obtidos.

Como referido, o questionário é de resposta fechada, de modo a tornar as respostas categoricamente comparáveis, sendo que além disso, possui entre outras as seguintes vantagens (Freixo, 2010:205):

- “Rapidez e facilidade de resposta”;
- “Maior uniformidade e simplificação das respostas”;
- “Facilita a categorização das respostas para posterior análise”;
- “O inquirido concentra-se mais sobre a questão”.

Importa ainda salientar como vantagem, tal como refere Oliveira (2008), a possibilidade de as respostas por questionário conseguirem garantir o anonimato. Uma vez que estamos a tratar um tema algo controverso, esta será a melhor maneira de garantir a fiabilidade nas respostas.

No entanto, e ainda segundo Freixo (2010:205), existem também algumas limitações na utilização deste método, de entre as quais:

- “Dificuldade em elaborar as repostas possíveis a uma determinada questão”;
- “Não estimula a originalidade e a variedade de resposta”.

Adicionalmente, segundo Oliveira (2008) podemos ainda enfrentar as seguintes desvantagens:

- Impede ao informante esclarecer o sentido de alguma questão, caso este não a entenda corretamente;
- Não oferece a garantia de que, a maioria das pessoas, o devolvam devidamente preenchido, diminuindo significativamente a representatividade da amostra;
- Tendência a criar um número relativamente reduzido de perguntas, uma vez que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos.

De modo a reduzir o efeito destas desvantagens, tentamos colocar as questões o mais claras e fáceis de entender, de modo a que não permitam o surgimento de questões e/ou dúvidas nas respostas. Por outro lado, foram feitos esforços para que as questões, mesmo

não sendo extensas e em grande quantidade, conseguissem englobar tudo aquilo que se pretende validar com este estudo.

O questionário foi constituído pelas questões necessárias aos objetivos do estudo, tendo sido adotada uma terminologia clara e perceptível, para que as questões tivessem o mesmo significado para todos os inquiridos. Foram apenas utilizadas questões fechadas, pois as questões abertas podem originar diferentes respostas dos inquiridos (Bell, 1997). A opção pelas questões fechadas faz com que os inquiridos sejam confrontados com um conjunto de alternativas para escolher a que melhor representa a sua situação.

Assim, foi elaborado um questionário com o título “A Contabilidade Criativa – Uma análise sobre o seu conhecimento em diferentes perspetivas: o aluno, o professor e o profissional” estruturado em quatro partes com 25 questões (Anexo I):

- Parte I, 9 questões – Caracterização
- Parte II, 6 questões – Questões de Contabilidade
- Parte III, 2 questões – Questões de Ética e Deontologia
- Parte IV, 8 questões – Questões Práticas

O questionário foi entregue e recolhido entre maio e julho de 2016. Após a recolha dos dados, estes foram processados através de ferramentas para o efeito, nomeadamente através do *Google Forms* e *Microsoft Excel*, de modo a recolher os dados e elaborar gráficos para apurar percentagens para perceber as diferenças entre cada grupo estudado. Recorremos a uma outra dissertação de mestrado já realizada sobre o tema, de autoria de Ramalho (2015) denominada “Contabilidade Criativa – A perceção dos técnicos oficiais de contas”, comparando-se os resultados obtidos às questões éticas nessa dissertação com os que obtivemos nas questões relacionadas com a temática (Parte 3 – questões de Ética e Deontologia, questões 16 e 17), de forma a perceber se obtivemos os mesmos resultados da autora referida, ou se por outro lado, chegamos a resultados distintos.

## **4.2. Caracterização da Amostra**

A amostra, como já referido, incide sobre três populações distintas, nomeadamente, os estudantes, os professores, e os profissionais ligados de alguma forma à contabilidade.

Relativamente aos estudantes e docentes, a amostra corresponde a pessoas ligadas à Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal – ESCE, IPS, devido à facilidade em distribuição e recolha dos inquéritos, e pela forte ligação com a contabilidade que existe na ESCE do IPS, tanto ao nível da Licenciatura, como do Mestrado, onde uma das ofertas formativas é em Contabilidade e Finanças e ainda na formação Pós-graduada onde existe o Curso de Contabilidade Pública.

Assim, os questionários foram distribuídos pelos estudantes finalistas da Licenciatura em Contabilidade e Finanças, uma vez que estes estudantes, na unidade curricular de Simulação Empresarial, já tinham tido necessidade de aplicar ou decidir sobre registos contabilísticos de acordo com as Normas do SNC, bem como aos estudantes do primeiro ano do Mestrado de Contabilidade e Finanças e aos Estudantes da Pós-graduação em Contabilidade Pública, por se considerar que estes estudantes já tiveram no seu percurso académico contacto com a contabilidade de modo a também terem aplicado ou decidido sobre registos contabilísticos de acordo com as Normas do SNC.

Quanto aos docentes, o questionário foi entregue aos professores do Departamento de Contabilidade e Finanças da ESCE do IPS, com as categorias de Assistente, Professor Coordenador ou Professor Adjunto, (a tempo integral ou convidado a tempo parcial) que nos últimos dois anos tivessem lecionado e/ou sido Responsáveis de Unidades Curriculares de Contabilidade.

No que diz respeito aos profissionais da área, e de modo a obter as respostas dos mesmos, recorri à sessão de formação promovida pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) que decorreu no dia 26/07/2017 no Auditório Nobre da ESCE do IPS, após obter a respetiva autorização da OCC.

Desta forma, foi possível garantir a obtenção de respostas dos três grupos alvo do estudo, com significância suficiente para efetuar uma análise relevante.

Foram entregues no total 200 questionários, distribuídos da seguinte forma:

- 130 Questionários a estudantes do ESCE. Dos 130 questionários entregues recebemos 99 corretamente preenchidos, obtendo assim uma percentagem de resposta na ordem dos 76,15%.

- 20 Questionários a docentes do ESCE. Dos 20 questionários entregues recebemos 15 corretamente preenchidos, obtendo assim uma percentagem de resposta na ordem dos 75%;

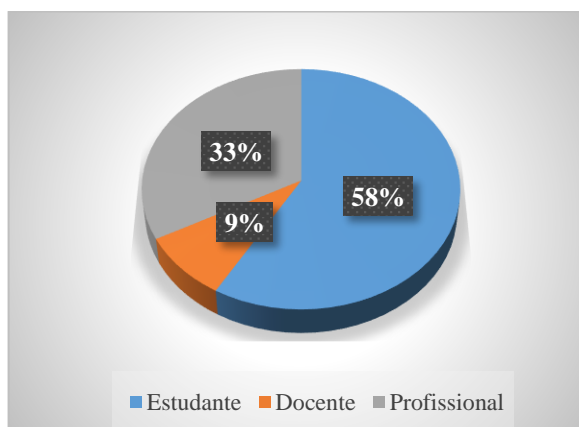
• 50 a profissionais de contabilidade, aos contabilistas e profissionais da área presentes na sessão de esclarecimentos referida acima. Dos 50 questionários entregues recebemos 45 devidamente preenchidos, obtendo assim uma percentagem de resposta na ordem dos 86%;

De uma forma global, após a conclusão do processamento dos dados, obtivemos reposta a 159 dos 200 questionários entregues, o que se traduz numa percentagem de reposta situada nos 79,50%, o que se considera bastante positivo. Considera-se que este nível de resposta se deveu ao facto de a entregar e posterior recolha dos inquéritos ter sido efetuada presencialmente.

No final e após a recolha dos questionários, de modo a poder efetuar-se o estudo pelos grupos definidos, (estudantes, docentes e profissionais da contabilidade), separámos da amostra os questionários de inquiridos com mais do que uma ligação com a contabilidade, que perfaziam um total de 22. Estes inquiridos tanto podem ser estudantes que se encontram a trabalhar na área, como docentes que se encontram a estudar ou a trabalhar, e por isso poderiam ser enquadrados em mais que um grupo. Uma vez que isso podia influenciar as respostas de determinado grupo, e como na verdade não pertencem exclusivamente a apenas um grupo, decidiu-se que o melhor procedimento a adotar seria excluí-los da amostra.

Posto isto, chegamos a uma população com um total de 137 inquiridos, resultado de aos 159 que responderam corretamente, se ter excluindo os 22 questionários que pertenciam a dois ou mais grupos em estudo. Assim sendo, ficamos com a distribuição que se pode verificar no gráfico 1, de 80 estudantes, 12 docentes e 45 profissionais.

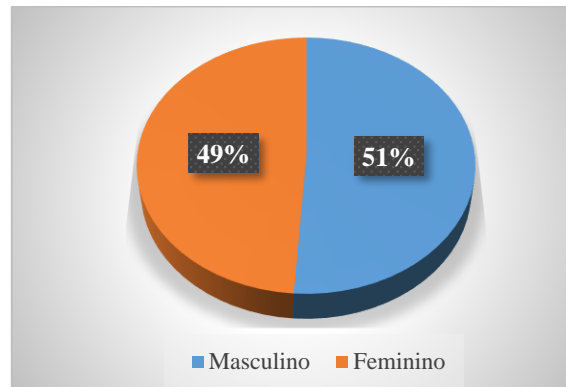
*Gráfico 1 – Distribuição da população alvo do estudo*



Fonte: Elaboração Própria

Dos 137 respondentes, 51% eram do género masculino, enquanto o género feminino representa os restantes 49%, como se pode constatar através do gráfico 2. Obtemos assim uma população bastante equitativa no que diz respeito ao género.

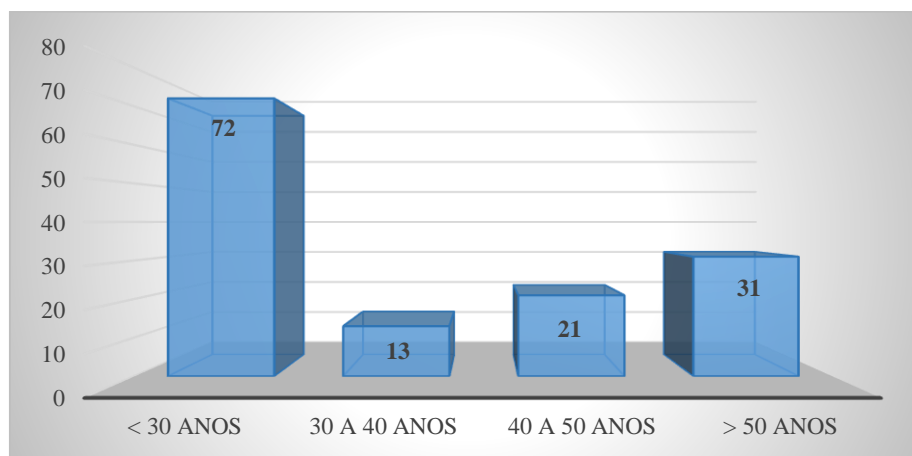
Gráfico 2 - Género



Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito à faixa etária, de acordo com o gráfico 3, a que mais se evidenciou neste estudo foi o escalão <30 anos (53%), o que faz sentido uma vez que o grupo mais significativo neste estudo foi o dos estudantes.

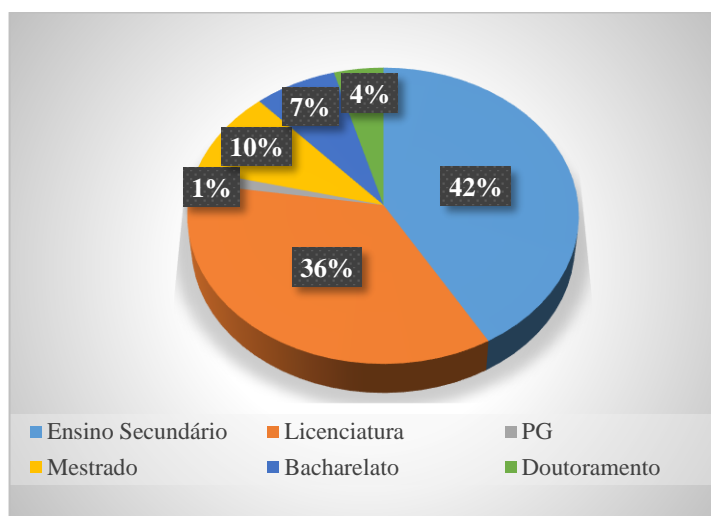
Gráfico 3 – Faixa etária



Fonte: Elaboração Própria

Relativamente às habilitações académicas, cerca de 42% dos inquiridos revelaram ter apenas o ensino secundário e 36% uma licenciatura, conforme se verifica no gráfico 4.

Gráfico 4 – Habilitações académicas



Fonte: Elaboração Própria

No entanto, aproximadamente 64% dos inquiridos afirmam frequentar atualmente um curso na área de contabilidade, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Frequenta atualmente um curso na área de Contabilidade

|                      | Frequência | Percentagem |
|----------------------|------------|-------------|
| <b>Frequenta</b>     | 87         | 63,50%      |
| <b>Não frequenta</b> | 50         | 36,50%      |
| <b>Total</b>         | <b>137</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Elaboração Própria

No que se refere à formação, enquanto estudantes, a área de maior peso na população total foi Contabilidade e Finanças (66,42%, n=91), seguindo-se Gestão (16,79%, n=23) e Contabilidade (11,68%, n=16), conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Área de Estudo

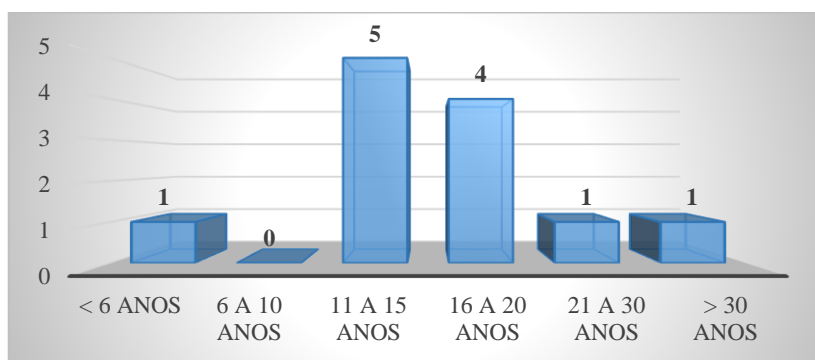
|                                 | Frequência | Percentagem |
|---------------------------------|------------|-------------|
| <b>Contabilidade e Finanças</b> | 91         | 66,42%      |
| <b>Contabilidade</b>            | 16         | 11,68%      |
| <b>Finanças</b>                 | 4          | 2,92%       |

|                 |            |             |
|-----------------|------------|-------------|
| <b>Gestão</b>   | 23         | 16,79%      |
| <b>Economia</b> | 0          | 0,00%       |
| <b>Direito</b>  | 1          | 0,73%       |
| <b>Outra</b>    | 2          | 1,46%       |
| <b>Total</b>    | <b>137</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao grupo dos docentes, no que diz respeito ao tempo de ensino, a amostra concentra-se maioritariamente entre os 11 anos e os 20 anos (75%), como se pode verificar pelo gráfico 5.

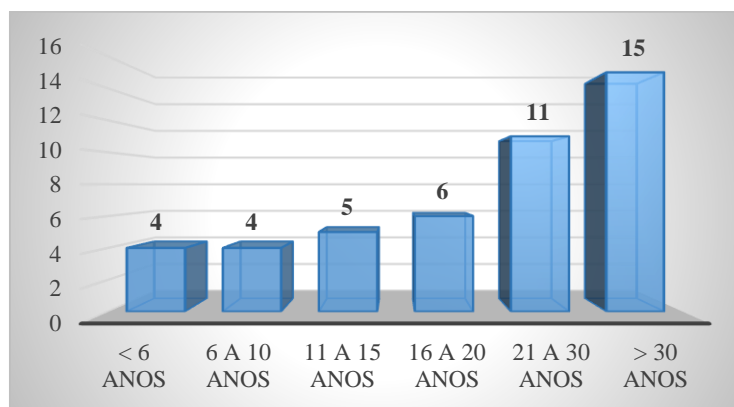
Gráfico 5 – Anos de ensino



Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito aos profissionais inquiridos, a maioria exerce a profissão há mais 30 anos (33,33%), enquanto, os que exercem há menos de 6 anos representam 8,89%, como se pode constatar no gráfico 6.

Gráfico 6 – Anos de experiência da profissão



Fonte: Elaboração Própria

Quando inquiridos se são ou não Contabilistas Certificados (CC), podemos verificar pela tabela 3 que ainda que a maioria dos inquiridos não seja CC, estamos perante uma amostra separada de forma relativamente equitativa. Em termos de números, estas percentagens traduzem-se numa amostra de 58 (42,34%) contabilistas certificados, e 79 (57,66%) que não o são.

*Tabela 3 – É Contabilista Certificado?*

|                 | <b>Frequência</b> | <b>Percentagem</b> |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| <b>É CC</b>     | 58                | 42,34%             |
| <b>Não é CC</b> | 79                | 57,66%             |
| <b>Total</b>    | <b>137</b>        | <b>100%</b>        |

Fonte: Elaboração Própria

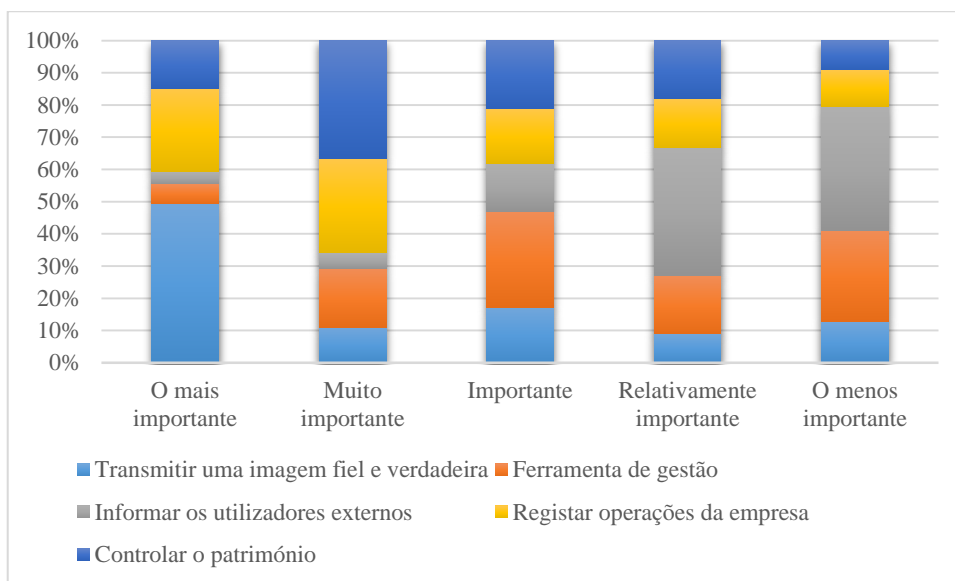
## **5. Análise e Discussão dos Dados Obtidos**

Após se ter efetuado a caracterização da amostra, apresenta-se de seguida os resultados obtidos, nos pontos 2 (Questões de contabilidade), 3 (Questões de ética e deontologia) e 4 (Questões práticas) do questionário.

Relativamente à questão 10 onde se questionava, qual a função da contabilidade e para a qual foram dadas as funções: Transmitir uma imagem fiel e verdadeira; Ferramenta de gestão; Informar os utilizadores externos; registar as operações da empresa; e Controlar o património, sendo a resposta efetuada pela valorizações: 1- o mais importante, 2- Muito importante; 3- Importante, 4 Relativamente importante e 5- O menos importante, da análise efetuada aos dados, podemos aferir que a distribuição da importância que os inquiridos atribuem à função da contabilidade, é conforme segue nos gráficos 7, 8 e 9:

### **Estudantes:**

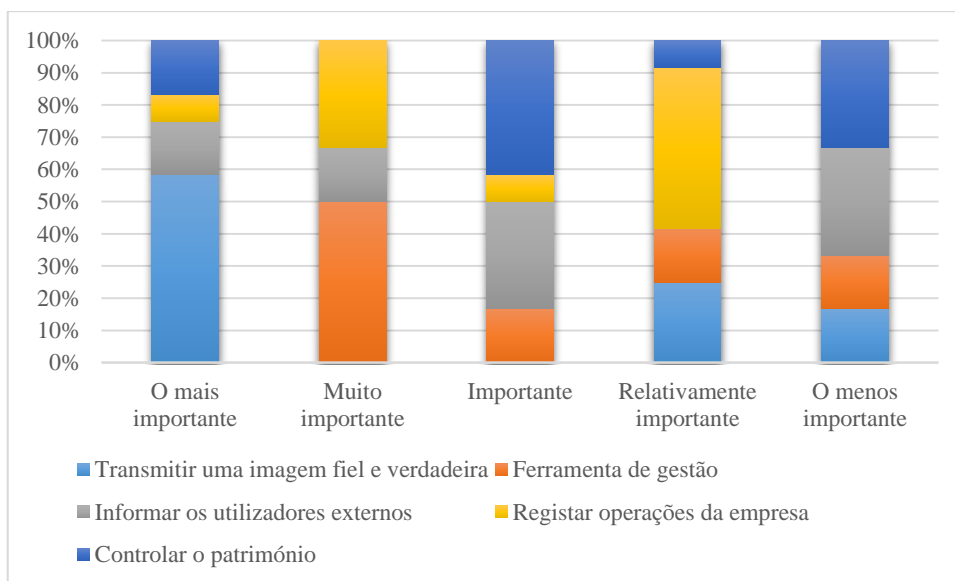
Gráfico 7 – Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Estudantes



Fonte: Elaboração Própria

- Docentes**

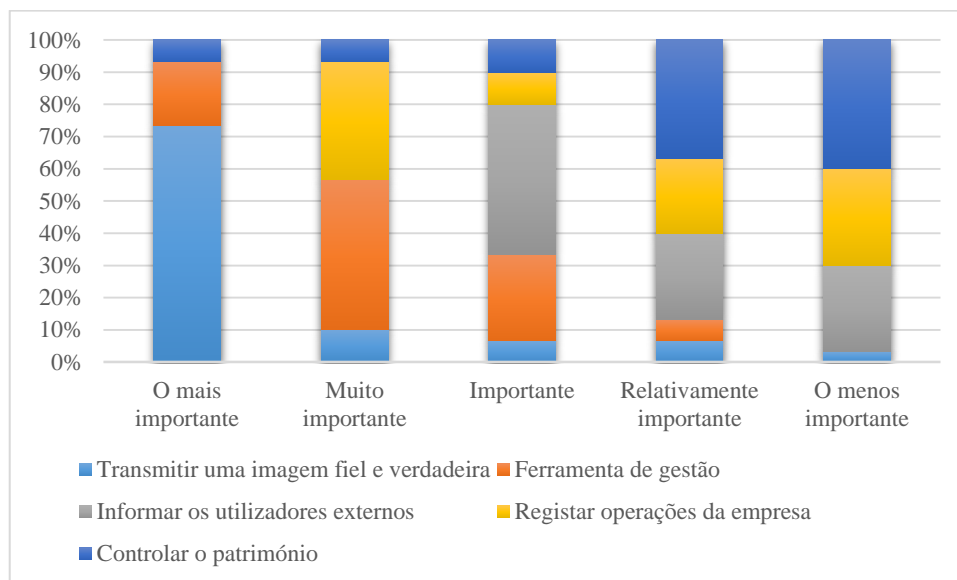
Gráfico 8 - Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Docentes



Fonte: Elaboração Própria

- **Profissionais**

*Gráfico 9 - Qual a função da contabilidade? – Perspetiva dos Profissionais*



Fonte: Elaboração Própria

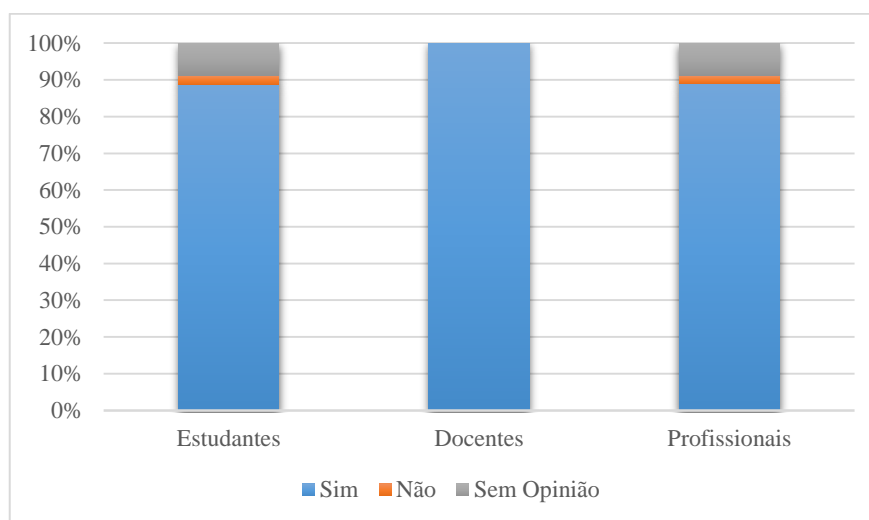
Como podemos verificar pelos gráficos apresentados acima, as opiniões, face à função mais importante da contabilidade, não divergem de forma significativa, entre estudantes, docentes e profissionais de contabilidade, uma vez que a grande maioria concorda que a função mais importante da contabilidade é a de transmitir uma imagem fiel e verdadeira da empresa. Isto é um forte indicativo da importância de estudar a contabilidade criativa, uma vez que nos questionamos até que ponto a contabilidade criativa estará a transmitir uma imagem fiel e verdadeira da empresa.

No entanto não é consensual para os inquiridos quando se trata de classificar a função menos importante da contabilidade, que consideram que informar os utilizadores externos não é tão importante como o restante. Importa salientar ainda que muitos consideram também como menos importante, a função de controlo do património.

No que se refere à questão 10, relativa a se considera importantes os esforços realizados no sentido de aumentar a harmonização contabilística, as opiniões não

divergem, uma vez que todos os grupos concordam, maioritariamente, com a importância dos esforços nesse sentido. Como podemos ver pelo gráfico abaixo, temos pelo menos 90% das populações dos diferentes grupos a concordar com a importância da harmonização contabilística, e 100% dos docentes a concordar com esta afirmação.

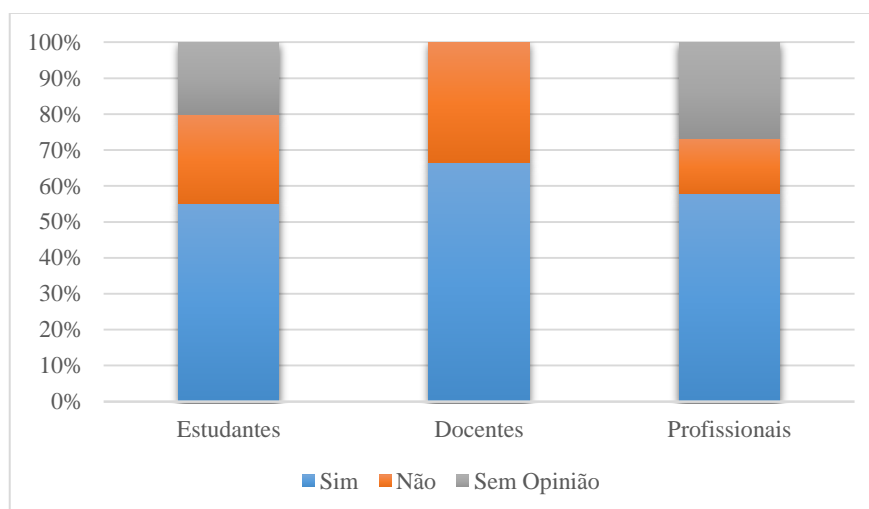
Gráfico 10 - Considera importante os esforços realizados no sentido de aumentar a harmonização contabilística?



Fonte: Elaboração Própria

Ainda que mais divididas, quando questionados sobre o sentido amplo de interpretação permitida pelas NCRF's, na questão 11, podemos constatar ainda assim que pelo menos 50% dos respondentes, consideram que as normas permitem uma interpretação demasiado ampla. Poderá ser precisamente nesta amplitude de interpretação, que se encontrem “espaços” para a utilização da contabilidade criativa.

Gráfico 11 - Considera que as NCRF's, permitem uma interpretação demasiado ampla do seu conteúdo?

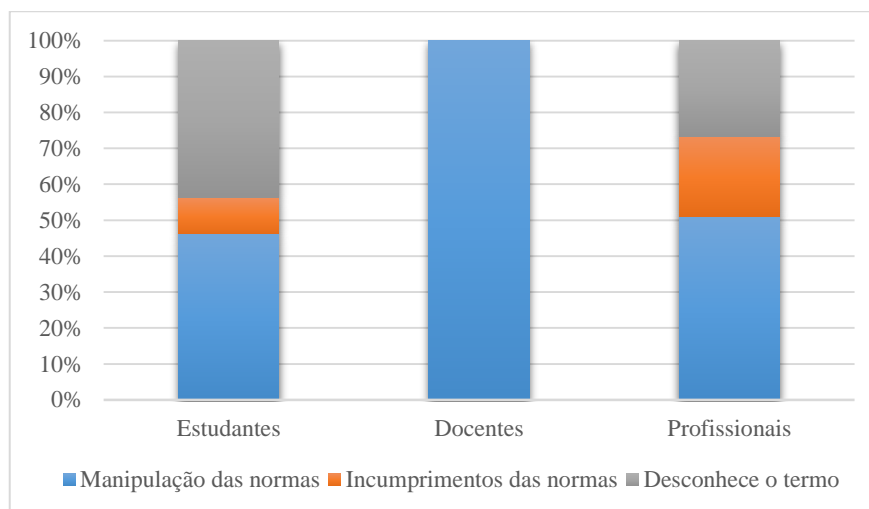


Fonte: Elaboração Própria

Face à apresentação na questão 13, de três definições de contabilidade criativa, apenas um dos grupos é unânime quanto à sua definição, os docentes uma vez que 100% consideram que contabilidade criativa é “a utilização dos conhecimentos das normas contabilísticas para manipulação dos valores das demonstrações financeiras”. Os restantes grupos não são unânimes entre si, uma vez que os estudantes tanto consideram que é manipulação dos valores, como demonstram desconhecimento do termo (cerca de 45% a cada uma das opções) sendo diminuto o valor atribuído ao incumprimento das normas. Relativamente aos profissionais de contabilidade, ainda que 50% considerem que é manipulação de valores, os outros 50% são divididos em partes muito semelhantes pelo incumprimento das normas e o desconhecimento do termo.

Importa salientar, face ao gráfico apresentado abaixo, o elevado número de estudantes e profissionais que desconhecem o termo, tendo em conta os recentes eventos em que tanto se falou de contabilidade criativa e fraude.

Gráfico 12 – O que define melhor a Contabilidade Criativa?



Fonte: Elaboração Própria

Ainda que as únicas questões extraídas por completo da dissertação realizada por Ramalho (2015) sejam as questões éticas, encontramos também semelhança na definição de contabilidade criativa por ambos os questionários, o que os torna comparáveis. Os resultados apurados nesta questão, vão de encontro ao estudo realizado por Ramalho (2015), relativamente à percentagem de profissionais que considera a contabilidade criativa como incumprimento dos normativos (21%), ainda que esta apenas tenha considerado contabilistas certificados. No entanto, no seu estudo, cerca de 79% considerou a contabilidade criativa como manipulação das normas, ainda que nesse estudo não tenha sido dada a opção “desconhece o termo”.

Até este ponto do questionário, apenas se tinha feito a caracterização da amostra e questões que nos permitissem perceber qual a opinião e o grau de conhecimento dos inquiridos sobre a contabilidade criativa, sem qualquer tipo de definição.

No entanto, e no sentido de tornar as respostas comparáveis, foram dadas antes da questão 14, as definições de “Contabilidade Financeira”, Contabilidade Criativa” e “Fraude” para que sustentassem as respostas das questões seguintes:

- **Contabilidade Financeira:** "A contabilidade é a ciência que estuda os fenómenos ocorridos no património das entidades, mediante o registo, a classificação, a demonstração expositiva, análise, e a interpretação desses fatos com o fim de oferecer informações e orientação - necessárias à tomada de decisão - sobre a composição do património, suas

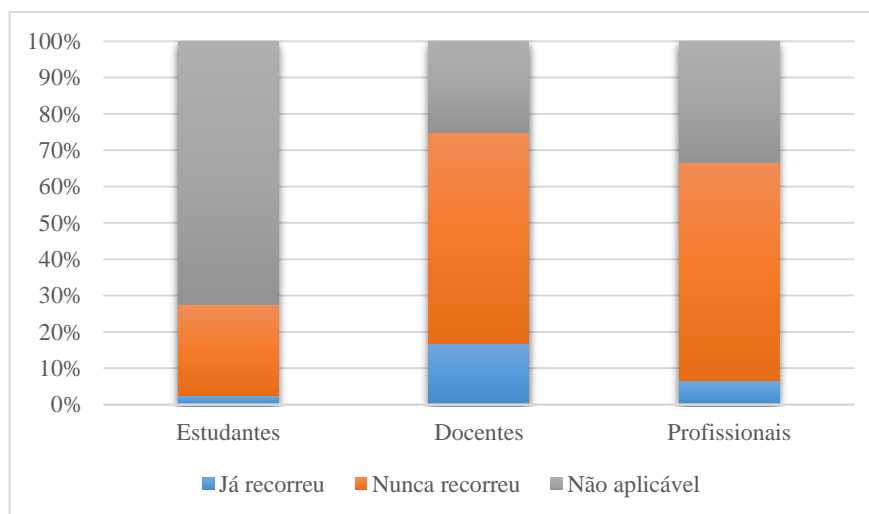
variações e o resultado económico decorrente da gestão da riqueza patrimonial" (Franco, 1997 p.21)

- **Contabilidade Criativa:** "Maquilhagem da realidade patrimonial de uma entidade, decorrente da manipulação dos dados contabilísticos de forma intencional para se apresentar a imagem desejada pelos gestores da informação contabilística." (Kraemer, 2005)

- **Fraude:** "Forma de ocultação intencional dos desvios dos recursos de uma empresa em benefício dos agentes aos quais os sócios confiaram a gestão daqueles recursos, ou mesmo dos simples empregados." (Oliveira, 2015)

Assim, na questão 14 questionou-se se o respondente já tinha alguma vez recorrido à prática da contabilidade criativa dando como opção de resposta sim, não e não aplicável, (para o caso de não ter trabalhado na área), obtendo-se os resultados, constantes no gráfico 13.

Gráfico 13 – Já recorreu à prática de Contabilidade Criativa?



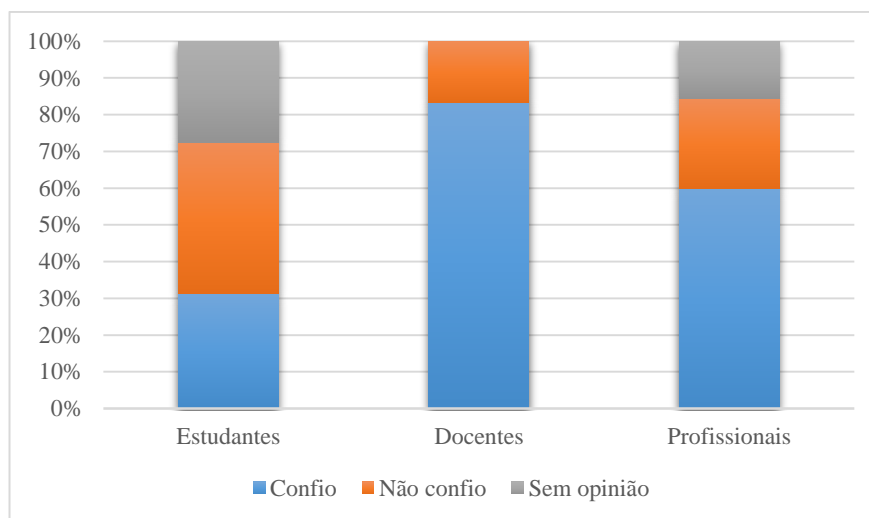
Fonte: Elaboração Própria

Quando analisadas as respostas, sem grande surpresa, verificamos que para a grande maioria dos estudantes, esta questão não se aplica. No entanto, é de realçar, o pequeno número de pessoas da amostra que diz já ter recorrido a estas práticas, sendo os docentes quem mais diz ter recorrido, não chegando, contudo, a 20% da amostra.

No seguimento da questão anterior, surge a questão 15 que se relaciona com a confiança transmitida pelas contas apresentadas pelas empresas em Portugal. Assim, os

respondentes quando questionados sobre o grau de confiança nas contas apresentadas pelas empresas em Portugal, os docentes e os profissionais de contabilidade apresentam um nível de respostas semelhantes, o que já não acontece com os estudantes.

Gráfico 14 - Confiar nas contas apresentadas pelas empresas em Portugal?

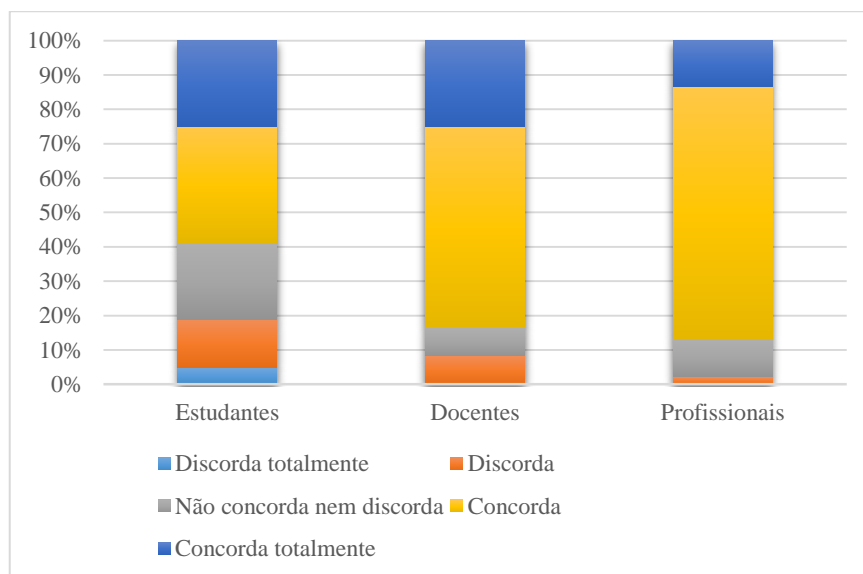


Fonte: Elaboração Própria

Como podemos ver, pelo gráfico acima, são os estudantes os que menos confiam nas contas que são apresentadas pelas empresas em Portugal, com cerca de 40% dos estudantes a ter dúvidas na veracidade das contas apresentadas. Já os docentes e profissionais, na sua maioria confiam nas contas apresentadas, com mais de 80% e 60% respetivamente, mostrando confiança no que é reportado.

No ponto e, nas questões relacionadas com a ética e a deontologia, são apresentadas duas questões. Os respondentes, quando confrontados com a questão 16 que manteve para base de resposta as definições apresentadas no ponto dois do inquérito, e que pretendia saber se as práticas de contabilidade criativa comprometiam os princípios éticos da profissão verificou-se que as opiniões não divergem de forma significativa consoante a ligação com a contabilidade, uma vez que, a maioria concorda com a afirmação de que comprometem os princípios éticos da profissão, independentemente da população. Perante esta questão, temos pelo menos 60% de cada um dos grupos inquiridos a concordar ou concordar totalmente. O grupo dos estudantes é aquele onde podemos encontrar uma maior variedade nas repostas.

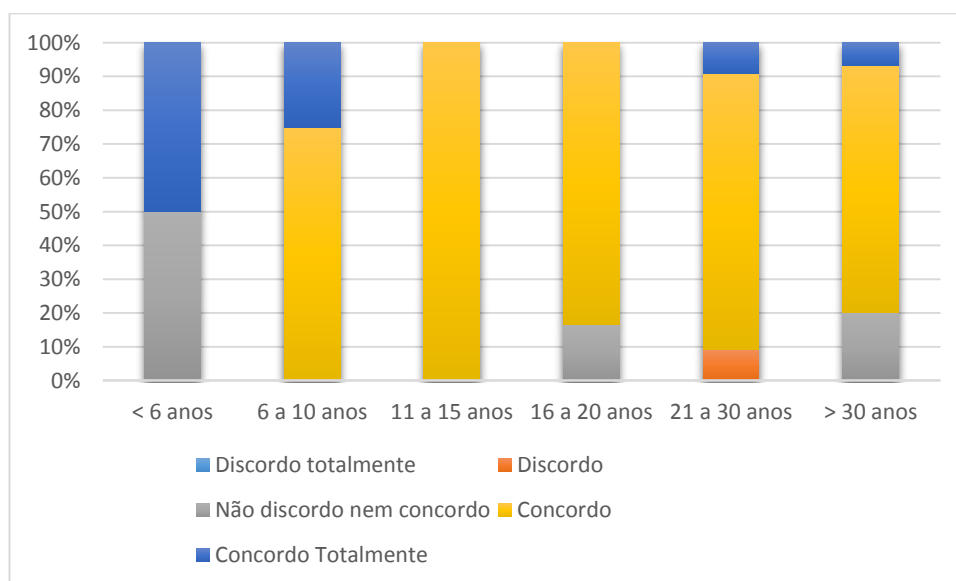
Gráfico 15 - As práticas de contabilidade criativa comprometem os princípios éticos da profissão



Fonte: Elaboração Própria

Comparativamente ao estudo que teve por base esta questão, nomeadamente Ramalho (2015), no qual foram encontradas diferenças nas respostas consoante o tempo de ligação à contabilidade dos contabilistas certificados, na população aqui estudada os resultados apenas diferem no caso em que os profissionais exercem a profissão há menos de 6 anos. No geral, independentemente do tempo de exercício, concordam que as práticas de contabilidade criativa comprometem os princípios éticos da profissão, conforme gráfico 16.

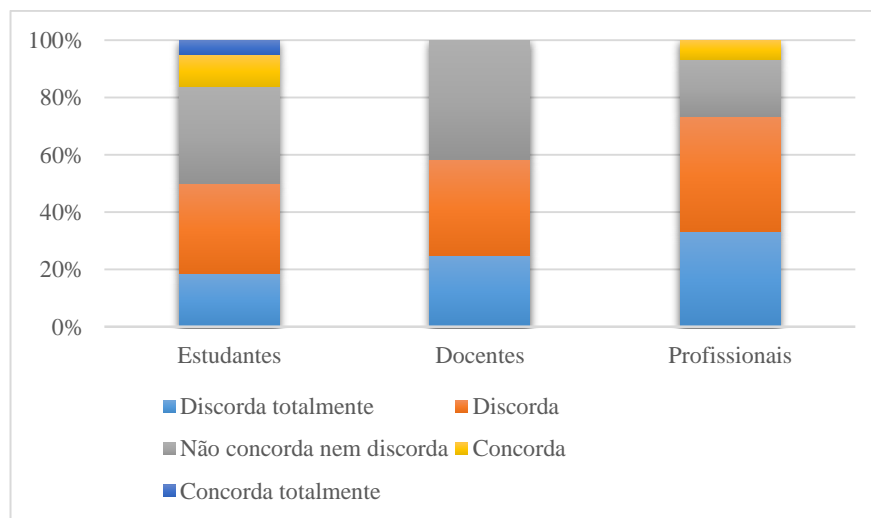
Gráfico 16 – Compromisso dos princípios éticos consoante o tempo de exercício da profissão



Fonte: Elaboração Própria

Já quando inquiridos na questão 17, sobre se aceitariam um trabalho onde práticas de contabilidade criativa fosse incentivada, obtemos, tal como se pode observar no gráfico 17 que, qualquer dos grupos respondentes apresentam um nível de respostas semelhantes (cerca de 20%) ao nível do “discordo”. Os docentes nunca concordam com a informação e os outros dois grupos em estudo, apresentam, nesta opção, um valor muito reduzido e os Estudantes, ainda que por valores também muito baixos “concordam totalmente”. Outra constatação é que dois dos grupos que responderam ao inquérito (estudantes e docentes) admitem num valor percentual que ronda os 20% que “não discordo nem concordo” o que poderá estar relacionado com outras variáveis como por exemplo a necessidade de trabalhar, sendo necessário a realização de um estudo adicional, de modo a perceber esta questão com maior detalhe de modo a confirmar ou não esta afirmação. Os profissionais, relativamente a esta opção apresentam um nível de resposta ligeiramente acima de 10%.

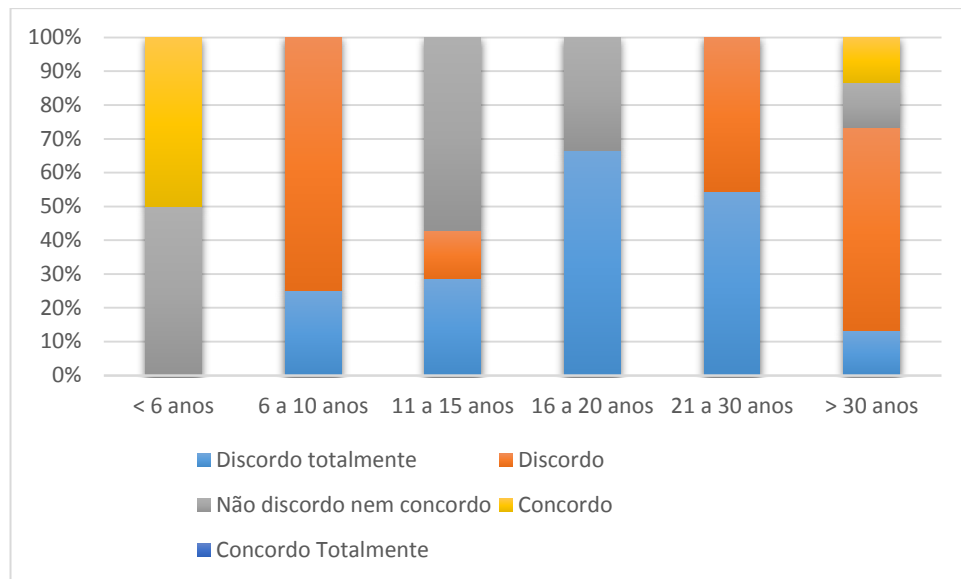
Gráfico 17 - Aceitaria uma proposta de trabalho onde práticas de contabilidade criativa fossem incentivadas



Fonte: Elaboração Própria

Comparativamente ao estudo que teve por base esta questão, nomeadamente a tese de mestrado de Ramalho (2015), no qual foram encontradas diferenças nas respostas consoante o tempo de ligação à contabilidade dos contabilistas certificados, aqui não encontramos diferenças significativas consoante o tempo de ligação, à exceção dos profissionais que exercem a profissão há menos de 6 anos, sendo estes os mais propensos a aceitar um trabalho que incentive técnicas de contabilidade criativa.

Gráfico 18 – Pré-disposição a aceitar uma proposta de trabalho que incentive contabilidade criativa consoante o tempo de exercício da profissão

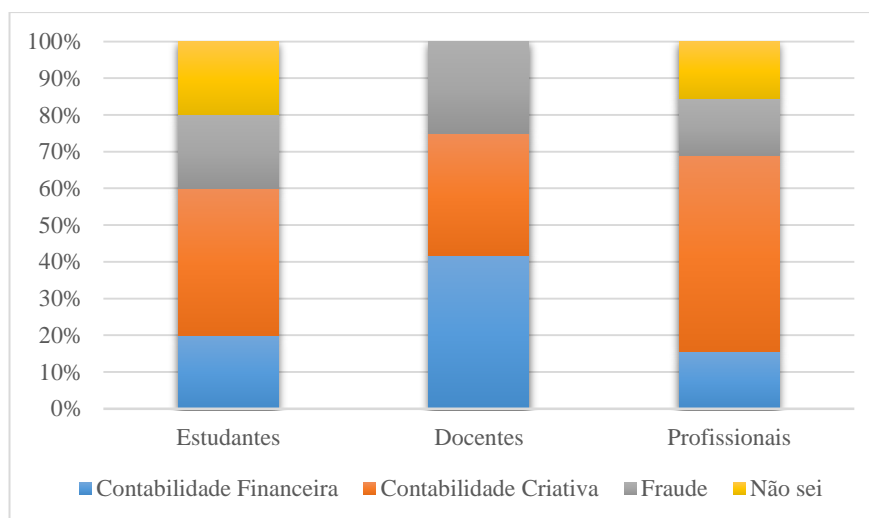


Fonte: Elaboração Própria

Finalizadas as questões éticas, do ponto 3, entramos agora nas questões com um teor mais prático, no âmbito da contabilidade financeira, em que solicitámos aos inquiridos, que caso soubessem, classificassem uma determinada prática ou registo contabilístico, como contabilidade financeira, contabilidade criativa ou fraude e que são apresentadas no ponto 4 correspondendo ao conjunto de questões 18 a 25, que apresentamos de seguida. As opções apresentadas, permitiam também a resposta “não sei”.

**Q18: A empresa Y adquiriu recentemente uma viatura ligeira de mercadorias (VLM) nova para a sua atividade. Para contabilização das depreciações da referida viatura, considerou como vida útil da mesma, 2 anos. Esta prática é considerada:**

Gráfico 19 – Questão prática 18



Fonte: Elaboração Própria

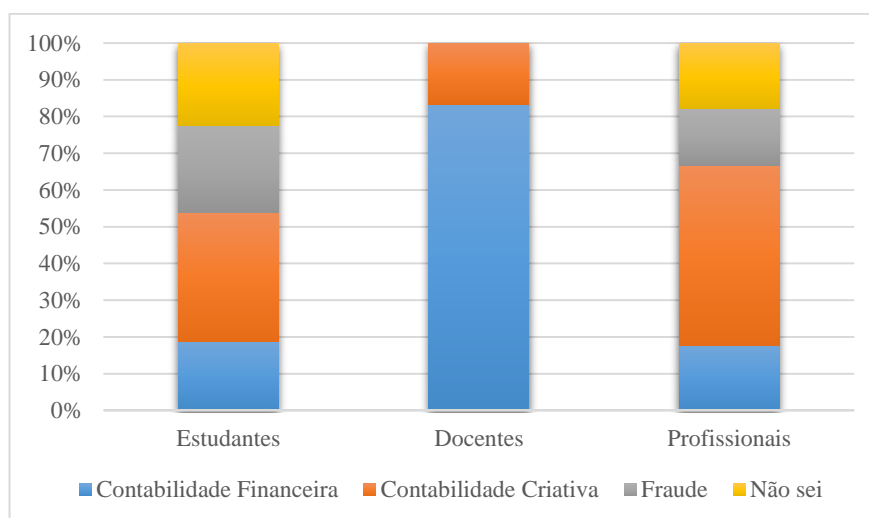
Perante esta questão, as respostas não são unânimes. Quer os estudantes, quer os profissionais apresentam "não sei" como respostas entre os 15% e os 20%, os docentes, não referiram essa opção. Quanto a considerarem "fraude" quer os docentes quer os estudantes apresentam respostas que rondam os 20%, enquanto nos profissionais, esse valor é ligeiramente superior a 10%. No que diz respeito à opção "contabilidade criativa" são os profissionais que apresentam o valor mais elevado, ultrapassando os 50% seguidos dos estudantes que referem essa opção com 40% das respostas e por fim os docentes com cerca de 30% também nessa opção. Assim, constata-se que, são os docentes que apresentam o valor mais elevado na opção "contabilidade financeira" rondando o peso das respostas os 40%. Esta questão foi apresentada de forma a permitir a cada respondente o enquadramento contabilístico da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis (§43 a §62), que refere que a depreciação deve ser feita consoante a vida útil do ativo e que poderá por isso ser de apenas 2 anos, dependendo da sua utilização e outros fatores, ainda que à partida, e sem demais informações, seja expectável que uma VLM tenha uma vida útil superior a 2 anos.

Posto isto, importa considerar que face à informação apresentada, não existe apenas uma questão correta, pois uma VLM pode muito bem ter uma vida útil estimada de 2 anos,

ou não, consoante a sua utilização, mas no caso de ser essa a realidade, a viatura deverá ser depreciada pelos 2 anos.

**Q19: A empresa Y, por achar mais adequado à realidade, alterou a valorimetria de um produto a meio do ano, de custo médio ponderado (CMP), para *First in First Out* (FIFO). Esta prática é considerada:**

Gráfico 20 – Questão prática 19



Fonte: Elaboração Própria

Antes de efetuar a análise a esta questão, importa referir que a NCRF 18 – Inventários, mais concretamente nos §23 a §27, permite a adoção de ambos os métodos, sendo que deve apenas aplicar o mesmo método para o mesmo tipo de bens. Além disso, a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, dá as orientações para no caso de ser necessário realizar uma alteração às políticas adotadas pela empresa.

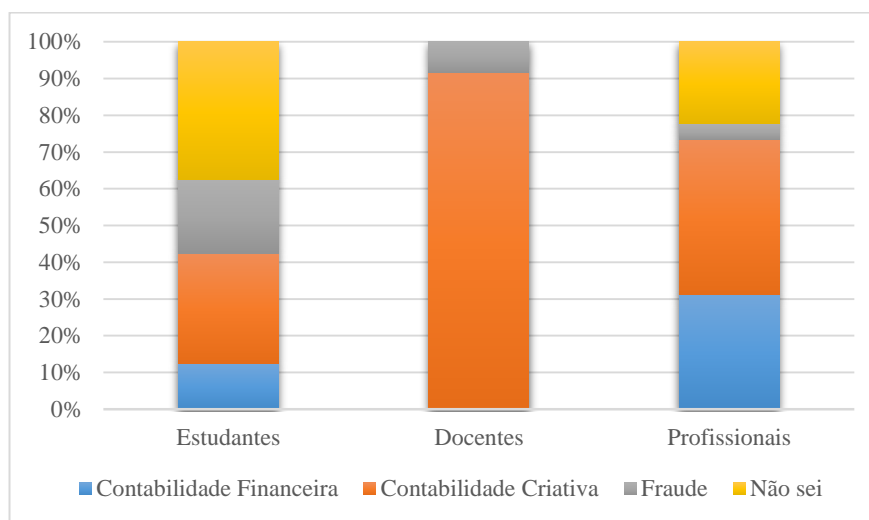
Após o exposto, podemos considerar que esta prática está plenamente prevista pelo normativo, devendo-se aplicar no caso de espelhar melhor a realidade da situação da empresa.

Curiosamente, apenas os docentes consideram, em larga maioria (83%) esta afirmação como uma prática considerada como contabilidade financeira. Os restantes grupos encontram-se divididos entre contabilidade financeira e contabilidade criativa,

sendo que no caso dos estudantes, existem cerca de 25% que consideram esta prática como fraude.

**Q20: A empresa Y, tem em mora, créditos de clientes há já 2 anos, para os quais não tem constituído nenhuma provisão. Esta prática é considerada:**

Gráfico 21 – Questão prática 20



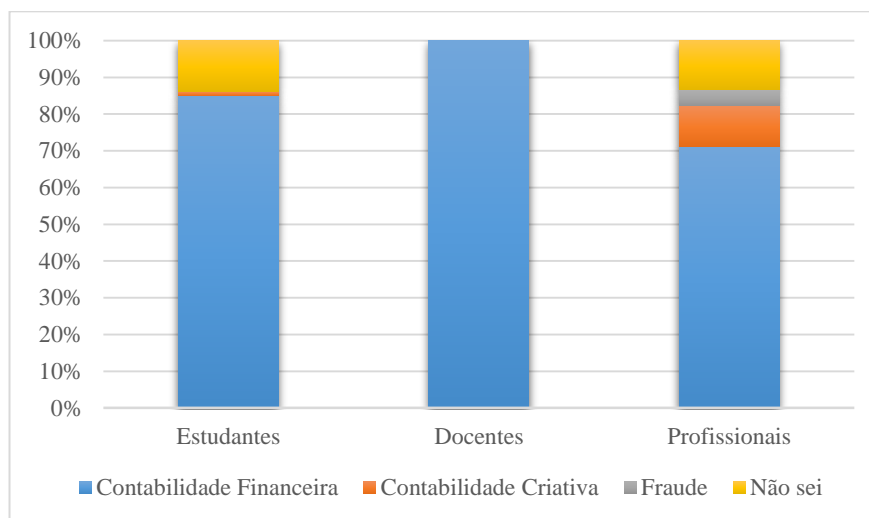
Fonte: Elaboração Própria

Esta questão uma vez que trata de provisões deve ser analisada à luz da NCRF 21 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, mais concretamente no §12 que nos diz quando uma empresa deve reconhecer uma provisão. Da análise da referida norma, verificamos que este não seria o caso de constituir uma provisão, mas sim o reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da análise do gráfico 21 constatamos que só os docentes consideraram na sua larga maioria a afirmação como sendo contabilidade criativa (92%), sendo que os profissionais estão divididos entre contabilidade financeira (30%) e contabilidade criativa (40%), e mais de 20% diz não saber a resposta. No que diz respeito aos estudantes, cerca de 40% afirmam desconhecer a classificação mais correta, sendo a opção “contabilidade criativa” a segunda em número de resposta rondando os 30%.

**Q21: A empresa Y, para valorização dos seus inventários, adotou o custo médio ponderado (CMP). Esta prática é considerada:**

Gráfico 22 – Questão prática 21



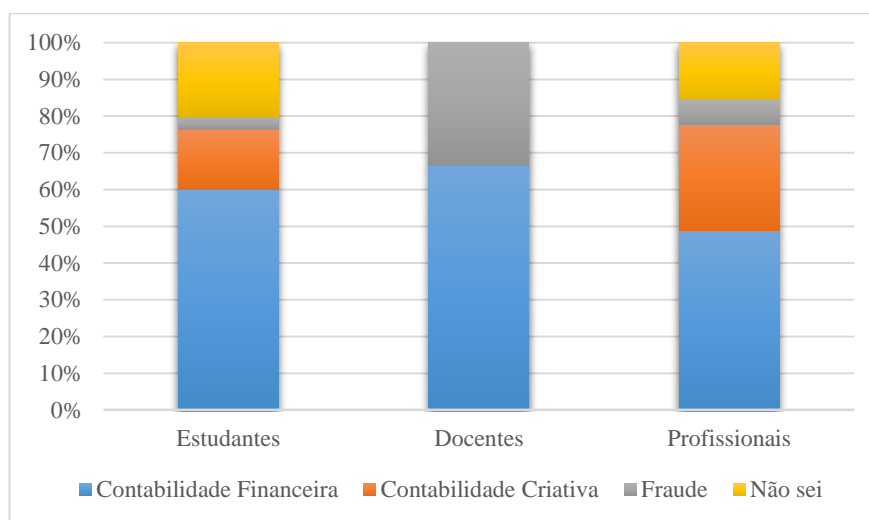
Fonte: Elaboração Própria

A norma que regula esta afirmação já foi desenvolvida na **Q19**, sendo claro que a CMP é um método permitido pela NCRF 4 que é o normativo aplicável aos inventários. Podemos assim assegurar que esta afirmação se centra claramente na definição de contabilidade financeira, ainda que apenas, e mais uma vez, os docentes concordem a 100% nesta questão.

O grupo dos profissionais, valores mais baixos relativamente à opção “contabilidade financeira”, pois as suas respostas apresentam um peso relativo de 70% contra os 100% dos docentes e os cerca de 85% dos estudantes. Este grupo, tal como os profissionais, assumem “não saber” em mais de 10% das respostas.

**Q22: A empresa Y, adotou o modelo do custo para valorizar uma classe inteira de ativos fixos tangíveis (AFT). Esta prática é considerada:**

Gráfico 23 – Questão prática 22



Fonte: Elaboração Própria

Face à questão e não nos alongando mais sobre a NCRF 7, uma vez que esta também já foi abordada anteriormente, salientamos apenas o §30 dessa norma que nos diz que uma entidade deve escolher o modelo do custo ou o modelo de revalorização como sua política contabilística, e adotar essa política a uma classe inteira de AFT.

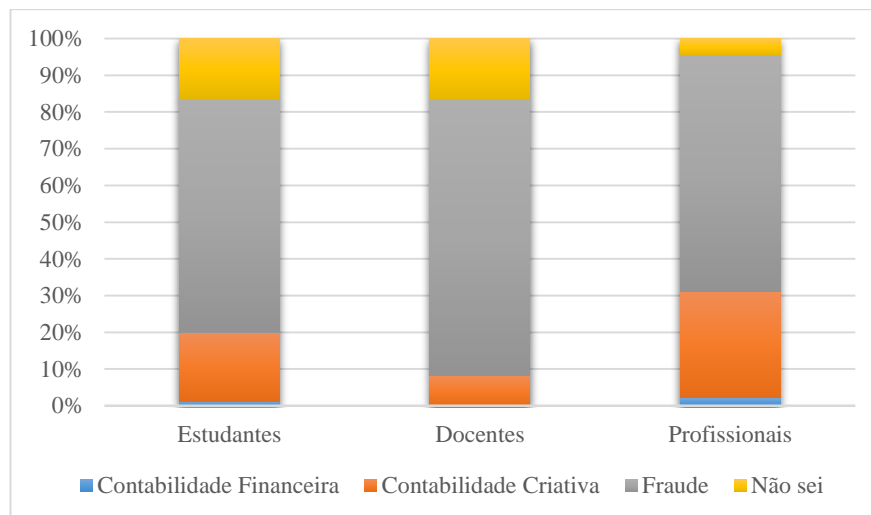
Tendo em conta a afirmação e aquilo que nos diz a norma, estamos, perante uma prática de contabilidade financeira.

Analisando as respostas dos inquiridos a esta questão, verificamos que não há consenso nas respostas, quer face ao esperado, quer entre grupos de respondentes, a não ser no terem qualquer deles apresentado o maior número de respostas na “contabilidade financeira”, sendo o valor mais alto nos docentes, com quase 70% seguido dos estudantes com 60% e os profissionais com 50%. Ao nível dos estudantes, 20% que não sabia responder à questão e os restantes consideraram em grande parte como contabilidade criativa, uma vez que o número de estudantes que a considerou fraude é reduzido, na ordem dos 2%.

Já os docentes, enquanto 70% concordam que esta prática é de contabilidade financeira, os restantes 30% consideraram que é fraude. O grupo dos profissionais é o que se encontra mais dividido, com apenas 50% a considerarem esta prática como contabilidade financeira, como já referido, cerca de 30% considera contabilidade criativa, enquanto 15% respondeu não saber classificar a operação.

**Q23: A empresa Y, contabilizou gastos dos quais não se sabe a sua origem e sem documentos de suporte. Esta prática é considerada:**

Gráfico 24 – Questão prática 23



Fonte: Elaboração Própria

Sobre esta afirmação, o objetivo foi o de tentar representar uma prática clara de fraude, pois uma empresa que contabiliza gastos dos quais não se consegue identificar a sua origem, não está a praticar políticas contabilísticas que transmitam uma imagem fiel e verdadeira da entidade.

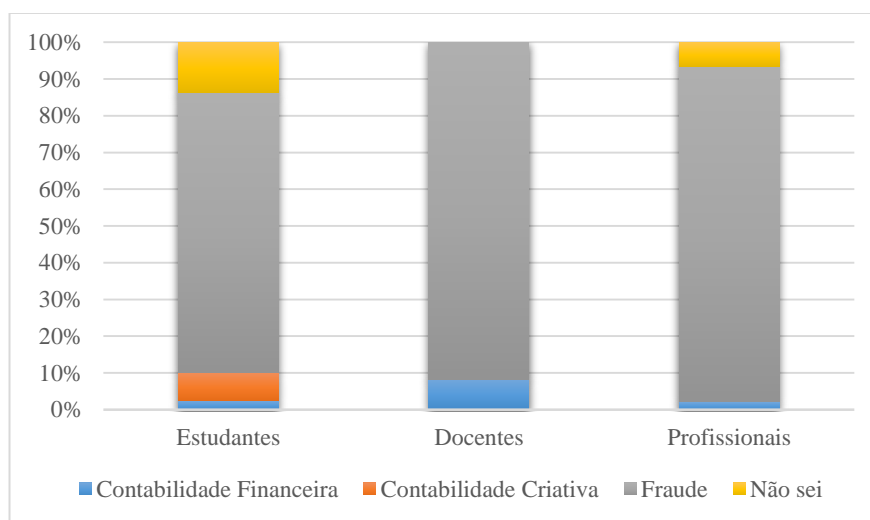
De realçar que aqui estamos perante um conceito diferente dos gastos sem documento de suporte, em que a empresa poderá ocorrer, ainda que por algum motivo não possua o documento que suporte essa despesa. Neste caso, a empresa ao contabilizar um gasto que não sabe a sua origem, poderá estar a contabilizar um gasto fictício, e por isso, a incorrer claramente em fraude.

Parece também ter sido essa a opinião dos inquiridos, pelo menos de forma geral, sendo os docentes quem considerou em maior número esta prática como fraude, na ordem

dos 70%, mas também os estudantes e profissionais concordaram a 60%. Existe uma pequena percentagem de profissionais a considerar esta prática como contabilidade financeira, cerca de 2%, e temos ainda cerca de, 30% dos profissionais, 20% dos estudantes e 10% dos docentes a considerar esta prática como contabilidade criativa.

**Q24: A empresa Y, contabilizou gastos com um número de identificação fiscal diferente do seu. Esta prática é considerada:**

Gráfico 25 – Questão prática 24



Fonte: Elaboração Própria

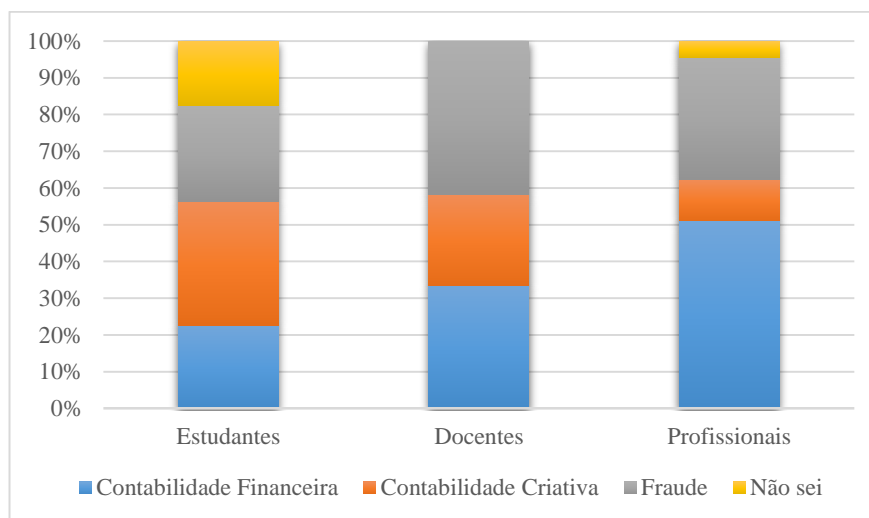
Aqui estamos perante uma situação idêntica à questão anterior. Se determinado gasto não tem por base um documento com o NIF da entidade, esse gasto à partida não deverá ser da entidade, e por isso, não deverá ser contabilizado como seu gasto. No entanto, se a empresa incorrer efetivamente nesse gasto, seja por pagar uma fatura a um colaborador ou outro caso idêntico, esse gasto deverá ser efetivamente contabilizado, ainda que posteriormente não vá ser aceite fiscalmente. No entanto, e uma vez que estamos a analisar de uma perspetiva estritamente contabilística, podemos considerar que não existe uma resposta correta, pois está dependente da análise subjetiva feita pelo inquirido.

Nesse sentido, mais uma vez não encontramos grandes diferenças entre os grupos na opção com maior peso de respostas, dado que a grande maioria dos respondentes de cada grupo, em valor percentual acima dos 80%, consideram esta prática como fraude. Ao nível dos estudantes à respondentes que a consideram como “contabilidade criativa” e quer estes

quer os profissionais, também assumem em percentagens inferiores a 10% que “não sabem”. Há ainda, embora com valores reduzidos, em qualquer dos grupos, que é “contabilidade financeira”.

**Q25: A empresa Y, paga viagens a fornecedores, e contabiliza este gasto, como despesas de representação. Esta prática é considerada:**

Gráfico 26 – Questão prática 25



Fonte: Elaboração Própria

Esta foi provavelmente a questão que causou maiores diferenças de resposta, tanto entre grupos, como entre os próprios inquiridos dentro do grupo.

O código de contas do SNC, no modelo geral, prevê, que a conta 6266 – Despesas de representação. Conforme indicações da própria comissão de normalização contabilística, esta conta serve para contabilizar despesas pagas a clientes ou fornecedores, em representação da empresa, que tenham por exemplo como objetivo manter ou promover boas relações negociais. Assim sendo, podemos considerar que está previsto no SNC, este tipo de despesas.

No entanto, os inquiridos não parecem ser da mesma opinião, pois à exceção dos profissionais que na maioria (51%) afirmam tratar-se de contabilidade financeira, nos restantes grupos não existe consenso. Mesmo no grupo dos profissionais, existe ainda cerca de 32% que considera esta prática como fraude, sendo, no entanto, inferior ao número de docentes com essa opinião, que se situa nos 40%. Apenas 33% dos docentes consideram

esta prática como contabilidade financeira, e os restantes consideram contabilidade criativa. Os estudantes, encontram-se bastante divididos, com cerca de 20% a considerar contabilidade financeira, ou afirmando que “não sabem”, aproximadamente 35% a considerar contabilidade criativa e os restantes a optarem por fraude.

## **6. Conclusão, Limitações e Estudos Futuros**

### **6.1. Conclusão**

Contabilidade Criativa, sendo um tema relativamente recente, tem ainda um longo caminho a percorrer ao nível da investigação onde há ainda muito poucos estudos efetuados. No entanto, são já vários os autores que investigam e escrevem sobre o tema, quer ao nível da sua definição, quer da sua aplicação e consequências dessa mesma aplicação. É ainda frequente verificar uma abordagem à contabilidade criativa, numa perspetiva de enquadramento legal e de verificação da sua prática ter ou não cabimento nas normas que regem a contabilidade.

Na revisão de literatura efetuada pudemos verificar, que não existe entre os autores, consenso sobre a sua definição. Se para Lang (1998) é claramente fraude, para outros é claramente legal. Existem ainda quem considere algo que está no limite entre o que é legal, e o que é considerado ilegal. No entanto, mais difícil será definir onde está esse limite, ou seja, a linha que separa aquilo que é contabilidade financeira, da contabilidade criativa e da fraude.

O que se comprovou na revisão de literatura efetuada é que o tema “Contabilidade Criativa” é complexo, pouco consensual e é tema de investigação de certo modo recente, sendo reforçada a necessidade de uma mais aprofundada investigação, pelos recentes escândalos verificados, tais como os referidos casos da Enron, WorldCom e Parmalat, para referir alguns.

Ao nível da bibliografia consultada, tanto a definição de “Contabilidade Criativa” como as suas fronteiras não são unânimes e por isso, no nosso estudo a interpretação pelos estudantes, docentes e profissionais de contabilidade não ser coincidente, não é diferente daquilo que se constatou na nossa revisão de literatura.

Assim, genericamente, no estudo efetuado, com os estudantes da ESCE - IPS os docentes do departamento de contabilidade e finanças da ESCE - IPS, bem como os profissionais de contabilidade que frequentaram a sessão de esclarecimento da OCC em Setúbal no mês de Julho deste ano, constatamos, através do inquérito por questionário, que decorreu no período entre maio e julho de 2017, com um nível de respostas válidas de 79,50%, o seguinte:

Genericamente, mesmo nas questões mais diretas, e com menor subjetividade, surgem diferenças entre os três grupos e até mesmo dentro do mesmo grupo e por vezes, até de forma significativa.

No que às questões de contabilidade diz respeito, (ponto dois do inquérito) quando questionados sobre a função da contabilidade, as respostas, ainda que semelhantes quando se trata de referir a função com maior importância para a contabilidade, sendo que os 3 grupos referem “transmitir uma imagem fiel e verdadeira”, são bastante divergentes quando se trata de referir qual a função menos importante da contabilidade, diferindo não só consoante o tipo de ligação à contabilidade, mas também dentro do mesmo grupo, ainda que de forma não tão significativa. Enquanto os estudantes consideram como menos importante informar os utilizadores externos, partilhando esta opinião com cerca de um terço dos docentes, os profissionais consideram na sua maioria, “controlar o património” como a função menos relevante. Esta opinião, é também partilhada por cerca de um terço dos docentes, sendo que este é o grupo com a opinião mais dividida quando se trata de classificar a função de menor importância.

Outro ponto onde nos foi possível encontrar alguma discrepância foi na confiança que os inquiridos demonstravam relativamente às contas apresentadas pelas empresas em Portugal. Aqui revelou-se uma diferença entre a opinião dos estudantes relativamente à opinião dos docentes e profissionais. Enquanto os segundos, maioritariamente confiam nas contas apresentadas, o grupo dos estudantes não demonstrou tanta confiança nas mesmas.

Face às questões éticas, (ponto três do inquérito), maioritariamente não se verificaram diferenças significativas. Contudo, é importante realçar que neste campo são os estudantes quem demonstram uma menor preocupação face ao comprometimento ético da profissão, quando se recorre a práticas que possam ser consideradas como contabilidade criativa. Quando comparamos as respostas obtidas neste ponto do questionário, verificamos que enquanto no estudo realizado por Ramalho (2015) foram encontradas

diferenças nos princípios éticos dos inquiridos consoante o tipo de ligação à contabilidade, neste estudo verificámos que não existiam diferenças significativas entre o tempo de ligação à contabilidade, e o comprometimento ético dos inquiridos.

Quando a análise é realizada com enfoque em questões mais práticas, (ponto quatro do inquérito) as opiniões divergem tanto entre pessoas com o mesmo tipo de ligação, como entre pessoas com diferentes tipos de ligação. Nas questões mais diretas, ou pelo menos que são menos passíveis de uma interpretação subjetiva, ainda que a resposta seja algo consensual, encontramos mesmo assim diferentes respostas entre os respondentes.

Se não vejamos, na questão 18, face a questões de contabilização da depreciação de uma viatura, num cenário com alguma subjetividade, temos os estudantes e os profissionais com resultados bastante semelhantes a concordarem em classificar a depreciação de uma viatura em 2 anos como contabilidade criativa, e por outro lado temos os docentes a considerarem na sua maioria contabilidade financeira.

Na questão 19, sobre critérios de valorimetria claramente definidos nas normas, em que tudo indica que estamos perante uma prática de contabilidade financeira, apenas os docentes assim a consideram (83%), enquanto tanto os estudantes como os profissionais apenas partilham dessa opinião em cerca de 18%.

Na questão 20, face a questões de não contabilização de uma provisão, numa situação em que o correto seria a contabilização de uma perda por imparidade, apenas os docentes consideraram na sua maioria (92%) esta prática como contabilidade criativa. Grande parte dos estudantes afirma não saber a resposta a esta questão, e os profissionais encontram-se bastante divididos entre contabilidade criativa (40%) e contabilidade financeira (30%).

A questão 21, que foi em nosso entender a mais direta e de resposta mais imediata, foi também a única a encontrar unanimidade em pelo menos um dos grupos. Os docentes consideraram na sua totalidade, o que vai de encontro ao nosso entendimento, que de acordo com o normativo, a utilização do CMP para valorização do inventário de uma empresa, como contabilidade financeira. Apesar de a opinião ser unanime entre todos os grupos, 15% dos estudantes não sabia a resposta a esta questão, tal como 10% dos profissionais. Existiram ainda 10% dos profissionais a considerar esta questão como contabilidade criativa.

Já na questão 22, que também consideramos de resposta e interpretação simples, os resultados não foram tão concordantes. Face à classificação de uma determinada classe de ativos da mesma maneira, tal como previsto pelos normativos, 30% dos docentes considerou esta prática como fraude, e os restantes como contabilidade financeira. Verificamos ainda que 20% dos estudantes e dos profissionais não sabiam a resposta, e os restantes dividiram-se entre as outras 3 alternativas, ainda que com maior incidência em contabilidade financeira.

Na questão 23, que questiona a contabilização de gastos sem saber a sua origem, os diferentes grupos concordaram na sua maioria, considerando esta prática como fraude.

De forma idêntica, foi classificada a questão 24, que pede para classificar o registo de um gasto por parte de uma empresa, de uma fatura com o NIF diferente do seu.

Finalmente, na questão 25 em que refere a contabilização como despesas de representação os gastos incorridos com o pagamento de uma viagem a fornecedores, os inquiridos não foram unânimes, encontrando-se bastante divididos na resposta. A maioria dos estudantes considerou esta prática como contabilidade criativa, enquanto os docentes consideraram em maior número como fraude. Os profissionais classificaram em maior número como contabilidade financeira.

Um dado curioso, é que pudemos identificar um traço comum de resposta dos docentes, pois estes apenas responderem “Não sei” numa das questões, e apenas cerca de 20% afirmou não conhecer a resposta à questão.

Em suma, de uma forma geral, pode concluir-se que o conhecimento sobre contabilidade criativa constatado na revisão de literatura onde as opiniões não são consensuais, não diverge muito do que obtivemos nas respostas do inquérito por questionário efetuado neste estudo. Ou seja, ao nível dos diferentes intervenientes da contabilidade, nomeadamente, investigadores/docentes, profissionais e estudantes, o tema necessita de ser aprofundado, debatido, delimitado e enquadrado legalmente de forma a minimizar acontecimentos como os que foram notícia e já referidos neste estudo. Deste modo a que a contabilidade continua a afirmar-se como uma ciência.

Consideramos que este estudo irá contribuir para o desenvolvimento e o aprofundar do tema “contabilidade criativa”, onde eventualmente, a sua abordagem ao nível dos diferentes intervenientes, tais como os três grupos estudados, exigirá de cada um, um

contributo diferente uma vez que, as expectativas e necessidades são diferenciadas entre grupos.

## **6.2. Limitações e Estudos Futuros**

Foram várias as limitações encontradas para realizar o presente estudo. No entanto a que mais se destacou foi a escassez informação sobre o tema em questão. Esse problema, deve-se sobretudo ao facto do tema ser relativamente recente e por isso haver quer ao nível da comunidade científica quer dos profissionais, ainda um grande trabalho por desenvolver, quer clarificando o conceito quer definindo claramente as fronteiras entre contabilidade criativa e contabilidade financeira prevista no normativo nacional e internacional e entre a contabilidade criativa e a fraude. Todavia, há ainda outra limitação relevante e que se prende com os resultados deste estudo não se poderem generalizar, por serem apenas representativos da amostra estudada.

Para estudos futuros, considera-se relevante comparar os resultados obtidos nesta dissertação, com os de outro estudo alargando a amostra a outras zonas do país, embora mantendo os três grupos em análise.

Seria também importante, fazer um estudo comparativo entre estudantes de diferentes instituições, docentes de diferentes instituições e até profissionais de diferentes áreas ligadas à contabilidade, e saber se existem diferenças nos resultados obtidos, apresentando o inquérito, eventualmente questões abertas, de modo a recolher a justificação das respostas obtidas o que ajudaria a perceber o porquê da resposta.

Sendo a contabilidade criativa um tema recente, mas complexo e não consensual, o seu estudo, acreditamos, permitirá contribuir para que a Contabilidade se afirme cada vez mais, como uma ciência.

## Referências Bibliográficas

- Amat, O., Blake, J. (1997). Contabilidad Creativa. Ediciones Gestión, Barcelona
- Bell, J. (1997): Como Realizar um Projecto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Sociais e da Educação, Gradiva, Lisboa.
- Código de Contas do SNC. Disponível em: 22/06/2016 em <http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/snc/normas/Codigo%20de%20Contas.pdf>
- Código Deontológico dos Contabilistas Certificados. Disponível em: 22/12/2016 em <http://www.occ.pt/pt/a-ordem/estatuto-e-codigo-deontologico/codigo-deontologico/>
- Coffee, John, Jr., (2003) What caused Enron?: A Capsule Social and Economic History of the 1990's, Columbia Law School, Working Paper N° 214
- Conceição, C. (2015). Determinantes da Escolha do Modelo de Revalorização na Mensuração Subsequente dos Ativos Fixos Tangíveis em Portugal e no Brasil. Disponível em 25-01-2017 em: <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7872>
- Cordeiro, C. (2003) Contabilidade Criativa : Um estudo sobre a sua caracterização. Disponível em: 06/12/2016 [http://cuadernosdecontabilidad.javeriana.edu.co/vol4\\_n\\_19/vol4\\_19\\_10.pdf](http://cuadernosdecontabilidad.javeriana.edu.co/vol4_n_19/vol4_19_10.pdf)
- Dias, A. Cunha, Sales, J. e Bezerra, P (2016) Contabilidade Criativa, Ética e Gerenciamento de Resultados: Auditoria versus Academia – Revista Administração em Diálogo
- Duarte, M., e Ribeiro, M. (2007). Contabilidade Criativa: algumas abordagens. Disponível em: 06/10/2016 em [www.occ.pt/fotos/downloads/files/1196446510\\_29a35\\_contabilidade.pdf](http://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1196446510_29a35_contabilidade.pdf)
- European Comission, Company Reporting - Disponível em: 25-01-2017 [http://ec.europa.eu/finance/company-reporting/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/finance/company-reporting/index_en.htm)
- Franco, Hilário. (1989) Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S/A, Lei 6.404 de 15/12/76. 15. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Gil, A. (2010), Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª edição, Editora Atlas, São Paulo.
- Guimarães, Joaquim (2011) Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Revista 55 - Os princípios contabilísticos geralmente aceites (POC vs. SNC) Disponível em: 04/12/2016 <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/55/Contabilidade.pdf>

Iudicibús, S. (2005) Evolução da Contabilidade. Disponível em 25-01-2017 <http://www.ebah.pt/content/ABAAAfICQAE/iudicibus-martins-carvalho-evolucao-contabilidade>

Jones, Michael (2010) Creative Accounting, Fraud and International Accounting Scandals ISBN 0470057653

Kraemer, M. E. P. (2005) A maquiagem das demonstrações contábeis com a contabilidade criativa. Disponível em: 01/12/2016 <http://www.gestiopolis.com/a-maquiagem-das-demonstracoes-contabeis-com-a-contabilidade-criativa/>

Lang, José (1998) - De la contabilidade Creativa al delito contable. Partida doble. ISSN 1133-7869. 85

Lobo, C. (2009). O Novo Sistema de Normalização Contabilística. Disponível em: 24-01-2017 <http://www.occ.pt/fotos/editor2/20090706%20DISCURSO%20SEAF%20-%20AC%C3%>

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999): Técnicas de Pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Niyama, J. Rodrigues, A. Rodrigues, J. (2015) Algumas Reflexões Sobre a Contabilidade Criativa e as Normas Internacionais de Contabilidade. Revista Universo Contábil, v. 11

Normas contabilísticas e de relato financeiro do SNC. Disponível a 09/10/2016 em: <http://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>

Normas de contabilidade adotadas na UE. Disponível 09/10/2016 em: <http://www.cnc.min-financas.pt/ias.html>

Nunes, Marco (2010) Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – Anotado. Porto: Vida Económica

Oliveira, António (2008) O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanadas – Congresso Nacional de Educação. Disponível em: 22/07/2016 em [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA13\\_ID8319\\_03082016000937.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA13_ID8319_03082016000937.pdf)

Oliveira, João. (2015) Trabalho da Unidade Curricular de Relato Financeiro Empresarial – Fraude Contabilística

PME's em Portugal, PORDATA. Disponível em: 25/11/2016  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%C3%A9dias+empresas+em+percentagem+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%C3%A3o-2859>

Ramalho, Tânia (2015) Dissertação de mestrado. Contabilidade Criativa – A perceção dos técnicos oficiais de contas

Ronen, J. e Yaari V (2008) Earnings Management: Emerging Insights in Theory, Practice, and Research.

Salazar, J. e Benedicto, G (2004) Contabilidade Financeira, Eugénia Pessoti. ISBN: 85-221-0356-9

Silva, E. & Menezes, E. (2005). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. (4ª ed.). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Soll, Jacob (2014) O Ajuste de contas – Como os contabilistas governam o mundo – desde os Médicis à atualidade, Lua de Papel. ISBN: 978-989-23-2867-6

Vilelas, J. (2009). Investigação – O Processo de construção do conhecimento. Edições Sílabo. ISBN: 9789726185574.

## **ANEXOS**

### **Anexo I – Questionário**

## **Questionário - A Contabilidade Criativa**

Uma análise sobre o seu conhecimento em diferentes perspetivas: o aluno, o professor, e o profissional.

No âmbito da tese de Mestrado em Contabilidade e Finanças, que está a ser realizada no Instituto Politécnico de Setúbal pelo mestrando André Lemos, e que se intitula “A Contabilidade Criativa - Uma análise sobre o seu conhecimento em diferentes perspetivas: o aluno, o professor, e o profissional”, sob orientação da Professora Doutora Ana Bela Teixeira, vimos por este meio solicitar a sua colaboração no preenchimento deste inquérito, que tem como objetivo analisar o conhecimento da contabilidade criativa perante diferentes perspetivas.

Através da informação dada pela contabilidade, é possível obter um “espelho” da realidade económica e financeira de determinada empresa, ou pelo menos, é isso que é esperado com a informação obtida pela contabilidade.

No entanto, esse “espelho”, correspondente a uma imagem fiel e verdadeira, apenas é possível se a contabilidade relatar de forma exata a realidade dos fatos.

Contudo, devido à flexibilidade existente nas normas, por vezes, um determinado acontecimento, dá origem a mais que uma possibilidade correta de registo contabilístico, o que poderá distorcer a realidade ou comparabilidade das empresas.

Por favor, leia atentamente cada uma das questões solicitando que responda de forma sincera a todas as questões.

Os dados fornecidos são para uso exclusivo do autor e serão utilizados apenas para fins académicos. As respostas são confidenciais e anónimas, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o inquérito.

Deixo desde já o meu obrigado pela disponibilidade e colaboração dispensadas.

Com os meus melhores cumprimentos,

André Lemos

Mestrando em Contabilidade e Finanças

Profª Drª Ana Bela Teixeira

Orientadora da Dissertação

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

# Parte 1 - Caracterização

## 1. Género.

- Masculino
- Feminino

## 2. Faixa Etária.

- < 30 anos
- 30 a 40 anos
- 40 a 50 anos
- > 50 anos

## 3. Habilitações.

- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Bacharelato
- Doutoramento

## 4. Frequenta atualmente algum curso na área da Contabilidade?

- Sim
- Não

## 5. Atualmente, qual é a sua ligação com a contabilidade? (pode seleccionar mais que uma opção)

- Estudante
- Docente
- Profissional – Contabilista
- Profissional – Consultoria Fiscal
- Profissional – Outra (indique qual) \_\_\_\_\_
- Nenhuma

**6. Enquanto estudante, qual foi/é a sua área de formação e qual o grau associado (ainda que por terminar)? (L – Licenciatura; M – Mestrado; PG – Pós Graduação)**

- Contabilidade e Finanças; Grau \_\_\_\_\_
- Contabilidade; Grau \_\_\_\_\_
- Finanças; Grau \_\_\_\_\_
- Gestão; Grau \_\_\_\_\_
- Economia; Grau \_\_\_\_\_
- Direito; Grau \_\_\_\_\_
- Outra (indique qual) \_\_\_\_\_; Grau \_\_\_\_\_

**7. No caso de ser docente de contabilidade, há quanto tempo leciona?**

- Não aplicável
- < 6 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- > 30 anos

**8. Caso exerça uma profissão em contabilidade, diferente de docente, indique há quanto tempo exerce.**

- Não aplicável
- < 6 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 16 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- > 30 anos

**9. É contabilista certificado?**

- Sim
- Não

## Parte 2 – Questões de Contabilidade

Para responder à questão seguinte, siga a valorização abaixo:

- 1 - O Mais Importante
- 2 - Muito Importante
- 3 - Importante
- 4 - Relativamente Importante
- 5 - O Menos Importante

**10. De acordo com a valorização definida, ordene, no seu entender, qual a função da contabilidade?**

- Transmitir uma imagem fiel e verdadeira;
- Ferramenta de gestão;
- Informar os utilizadores externos
- Registrar as operações da empresa
- Controlar o património

**11. Considera importantes os esforços realizados no sentido de aumentar a harmonização contabilística?**

- Sim
- Não
- Sem opinião

**12. Considera que as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF's), permitem uma interpretação demasiado ampla do seu conteúdo?**

- Sim
- Não
- Sem opinião

**13. Entre as opções a baixo, indique para si, a que melhor define a Contabilidade Criativa. (Fonte: Ramalho, Tânia. 2015)**

- Utilização dos conhecimentos das normas contabilísticas para manipulação dos valores das demonstrações financeiras.
- Manipulação dos valores das demonstrações financeiras com incumprimento dos normativos contabilísticos.
- Desconheço o termo.

### **Definições**

**Para responder às próximas questões, considere as seguintes definições:**

- **Contabilidade Financeira:** "A contabilidade é a ciência que estuda os fenómenos ocorridos no património das entidades, mediante o registo, a classificação, a demonstração expositiva, análise, e a interpretação desses fatos com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do património suas variações e o resultado económico decorrente da gestão da riqueza patrimonial" (Franco, 1997 p.21)
- **Contabilidade Criativa:** "Maquilhagem da realidade patrimonial de uma entidade, decorrente da manipulação dos dados contabilísticos de forma intencional para se apresentar a imagem desejada pelos gestores da informação contabilística." (Kraemer, 2005)
- **Fraude:** "Forma de ocultação intencional dos desvios dos recursos de uma empresa em benefício dos agentes aos quais os sócios confiaram a gestão daqueles recursos, ou mesmo dos simples empregados." (Oliveira, 2015)

**14. Já alguma vez recorreu à prática da Contabilidade Criativa? (Caso nunca tenha trabalhado na área indique, não aplicável)**

- Sim
- Não
- Não aplicável

**15. De uma forma geral, confia nas contas apresentadas pelas empresas em Portugal?**

- Sim
- Não
- Sem opinião

## Parte 3 – Questões de Ética e Deontologia

Para responder às próximas questões, considere as definições apresentadas anteriormente na Parte 2 (pág. 5)

**16. As práticas de contabilidade criativa comprometem os princípios éticos da profissão. (Fonte: Ramalho, Tânia. 2015)**

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

**17. Aceitaria uma proposta de trabalho onde práticas de contabilidade criativa fossem incentivadas. (Fonte: Ramalho, Tânia. 2015)**

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não discordo nem concordo
- Concordo
- Concordo totalmente

## Parte 4 – Questões Práticas

Para responder às próximas questões, considere as definições apresentadas anteriormente na Parte 2 (pág. 5)

**18. A empresa Y adquiriu recentemente uma viatura ligeira de mercadorias nova para a sua atividade. Para contabilização das depreciações da referida viatura, considerou como vida útil da mesma, 2 anos. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**19. A empresa Y, por achar mais adequado à realidade, alterou a valorimetria de um produto a meio do ano, de custo médio ponderado(CMP), para First in First Out(FIFO). Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**20. A empresa Y, tem em mora, créditos de clientes há já 2 anos, para os quais não tem constituído nenhuma provisão. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**21. A empresa Y, para valorização dos seus inventários, adotou o custo médio ponderado (CMP). Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**22. A empresa Y, adotou o modelo do custo para valorizar uma classe inteira de ativos fixos tangíveis. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**23. A empresa Y, contabilizou gastos dos quais não se sabe a sua origem e sem documentos de suporte. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**24. A empresa Y, contabilizou gastos com um número de identificação fiscal diferente do seu. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**25. A empresa Y, paga viagens a fornecedores, e contabiliza este gasto, como despesas de representação. Esta prática é considerada:**

- Contabilidade Financeira
- Contabilidade Criativa
- Fraude
- Não sei

**Obrigado pela sua participação.**

**FIM**